

## AGRICULTURA FAMILIAR E REPRODUÇÃO SOCIAL

José Paulo Pietrafesa\*

### Resumo

O presente texto reflete sobre três situações muito particulares acerca da questão da agricultura familiar no Brasil e em Goiás. Num primeiro momento, expõe as várias visões teóricas sobre o conceito de agricultor familiar e suas relações sociais, identificando as transformações desse conceito, ao mesmo tempo em que percebe que a discussão epistemológica está estritamente ligada aos aspectos históricos da atividade. O ator social é o mesmo: camponês, pequeno produtor ou agricultor familiar são aqueles que exercem suas tarefas agropecuárias na base do trabalho familiar. Um segundo aspecto abordado se refere à qualidade de vida no meio rural e o que esse conceito, muito em voga no meio urbano, tem a ver com a realidade desse ator social. Já no terceiro momento, buscou-se refletir a influência do uso da ciência e da tecnologia no mundo rural para a conquista de um padrão diferenciado de "qualidade de vida" no setor de agricultura familiar.

Palavras-chave: agricultura familiar; qualidade de vida; ciência e tecnologia agropecuária; sociologia rural.

### Introdução

O presente texto pretende ser a continuidade de uma "curiosidade" científica que tem raízes na vivência compartilhada com a equipe de pesquisadores e formadores do Instituto de Formação e Assessoria Sindical (Ifas). Esse processo deu-se no desenvolvimento das pesquisas Possibilidades econômicas da agricultura familiar e Formas de

---

\* Mestre em Educação pela UFG e doutorando em Sociologia pela UnB. Professor do Departamento de Ciências Sociais da Associação Educativa Evangélica de Anápolis e professor convidado do Departamento de Educação da Universidade Católica de Goiás.

organização da agricultura familiar, em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT/GO) e Universidade Federal de Goiás (UFG); Projeto alternativo de desenvolvimento rural, em parceria com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), e A agricultura familiar no Centro-Oeste, trabalho realizado em conjunto com a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Agricultura e Alimentação (FAO).

Esse processo de elaboração de projetos e posterior execução tem me indicado a necessidade de retrabalhar informações colhidas e ainda não devidamente aproveitadas, ao mesmo tempo em que é oportuno avançar na análise das relações criadas entre agricultor familiar e seu processo de reprodução social – geração de renda e emprego rural, espaços de lazer, perspectiva de continuidade da atividade por meio dos filhos. E, finalmente, entender uma questão que surge como central: a busca da “reprodução social” está vinculada à elevação da renda familiar, à inserção ao mercado e ao acesso a tecnologias, como também está, sobretudo, permeada por “desejos” de “melhorar a vida”, fixar os jovens (filhos) no meio rural, ampliar os ganhos em “qualidade de vida” (QV)? A questão aqui apresentada carrega uma grande carga de subjetividade e, por esse motivo, a sua explicitação exigirá o levantamento de informações sobre esse tema no espaço rural. Essas duas dimensões – reprodução social e qualidade de vida – estão intrinsecamente ligadas. Do ponto de vista social e econômico, a reprodução do setor de agricultura familiar está, em certa medida, vinculada a sua capacidade de responder às demandas atuais de mercado, produtividade e elevação de renda, por um lado. Mas, por outro lado, quando as famílias assumem essa postura, fazem o discurso de que estão buscando “melhores condições de vida” para seus membros e, nesse campo, a permanência dos jovens no meio rural e a elevação do poder de consumo são variáveis sempre presentes na composição do discurso.

Diante de tal quadro, deparamo-nos com uma situação bem particular no campo teórico, pois o tema “qualidade de vida” conta com uma vasta bibliografia para analisar temas ligados à vida urbana. As áreas da psicologia e da sociologia do trabalho, além da administração de empresas e da economia, fizeram inúmeros estudos sobre esse tema. O

foco predominante está ligado à compreensão de um novo modelo de desenvolvimento, de novas e melhores relações no ambiente de trabalho, sobretudo após a aplicação de técnicas de “qualidade total” nas empresas. Travam-se longas discussões sobre o modelo “toyotista” de gerenciamento do trabalho, do uso de tecnologia de ponta e da “qualidade de vida” dos atores sociais envolvidos no processo e quais suas visões sobre o assunto. Pesquisas foram feitas para diagnosticar, ouvir e analisar o que pensam esses atores (Vieira, 1996). No caso do meio rural, há uma grande lacuna nesse campo. Os principais elementos de discussão estiveram presentes no processo de mecanização, modernização, uso de tecnologia, elevação de renda e de bem-estar a partir das novas tecnologias, mercados seletivos e mundo globalizado. Para essas reflexões, temos uma bibliografia vasta e multidisciplinar. Neste momento, as duas dimensões (“uso de tecnologias” e “qualidade de vida”) constituem variáveis a ser apresentadas enquanto espaços sociológicos privilegiados de análises.

É preciso entender o processo de desenvolvimento histórico das tecnologias e sua aplicabilidade social e também perceber em que medida as inovações auxiliam na ampliação da “qualidade de vida” do agricultor e sua família. O conhecimento científico é um patrimônio universal, mas sua utilização tem sido privatizada e, assim, o exercício do poder tem adquirido uma nova face. Ou, pelo menos, os que controlam esses mecanismos querem adaptá-lo a uma nova ordem socioeconômica. Trocaram-se as políticas de desenvolvimento econômico, planejadas pelo Estado, ou não, por planos de modernização e inserção de nosso país nos mercados “livres” e “globais”. O que antes era objeto de programas governamentais, com vistas ao desenvolvimento, hoje é tratado como questões técnicas, nas quais as “palavras-chave” são baixo custo, qualidade, eficiência, eficácia. Quem não estiver dentro dessa lógica tende a ficar fora do processo de produção, pelo menos no que se refere à participação em mercados amplos. Há um movimento cada vez maior que distancia economia da política e, por isso, modernização de desenvolvimento. Porém, é oportuno refletir sobre questões de natureza diferenciada. A agricultura de economia familiar traz em si processos de produção não propriamente capitalistas, destacadamente as vinculadas ao processo de trabalho familiar, no qual sua execução não é determinada

por acumulação de riquezas a partir da extração da mais-valia. Traz, também, processos diferenciados de consolidar-se enquanto ator social. Pode-se dizer que não existe um tipo de agricultor familiar. Encontramos uma tipologia bem variada da categoria.

A título de exemplo, em uma das pesquisas realizadas pela CPT-GO, FAO e o Ifas (Projeto Incra/FAO UTF/BRA/036/BRA), no município de Orizona, que está localizado a 120 km de Goiânia, foram identificados três tipos de agricultores familiares:

- a) unidade produtiva com nítida especialização leiteira;
- b) unidade produtiva que combina produção leiteira com lavouras;
- c) unidade produtiva que se encaminha para a especialização de algum produto agrícola e busca agregar valor na produção (ex: lavouras de mandioca = polvilho; lavouras de cana-de-açúcar = rapadura ou cachaça).

A utilização de “unidade produtiva” e não “agricultor familiar” enquanto instrumental de análise deve-se à finalidade dessa pesquisa. Ela buscava entender as “possibilidades econômicas” do setor. Neste caso, o estudo pautou-se por um levantamento da renda e dos custos de produção de cada unidade. Esse exemplo de tipologia, apesar de centrado em torno do campo econômico, ilustra a diversidade de situações que se podem encontrar na análise da agricultura familiar. Mesmo porque, nesse caso, a classificação econômica é uma componente da variação analítica, à medida que um sistema produtivo relaciona-se com outro diferentemente. O tempo de inserção nos tipos de atividades, o espaço geográfico e cultural, o uso de tecnologias, as necessidades de políticas de créditos são diferentes. Também são diferentes a organização interna da propriedade e as relações que as famílias criam entre seus membros.

De resto, o trabalho com a pequena produção, ou agricultura familiar, ou, ainda, campesinato, sempre demandou a construção de tipologias, tal como foi o caso de estudos de I. Lenin, Mao Tse Tung, dentre muitos outros, mesmo que a análise não estivesse centrada em seu processo de diferenciação.

Quanto à conceitualização e à categorização, estudiosos das questões agrícola e agrária no Brasil (entre eles muitos sociólogos e economistas) vêm redimensionando-as no meio rural. Para alguns, já não faz sentido identificar, enquanto categorias analíticas do meio rural,

a denominação “camponeses” em contraposição a “latifundiários”, ou ainda “pequenos e grandes proprietários” (ou produtores). As transformações ocorridas no campo indicam a criação de um “novo rural”, em que os processos de produção, somados a transformações culturais, estão remodelando o meio, criando um movimento que mescla esse setor com o urbano, não havendo “claramente” a demarcação de fronteiras entre os dois. Para esse agrupamento de pesquisadores, será mais oportuno identificar “agricultura de economia familiar” em contraposição a “agricultura patronal” ou “comercial”. Outros pensam ainda que, mesmo havendo necessidade de novas categorizações, as relações estabelecidas entre os antigos “camponeses”, “pequenos produtores” e os atuais “agricultores de economia familiar” estabelecem relações não propriamente capitalistas de produção e estão inseridas no mercado, local, regional ou global, de forma subordinada, o que vem ocorrendo há muito tempo. Essa subordinação perpassaria, ainda que com variações, desde o campo tecnológico até o propriamente mercantil.

A coexistência de diversos modelos de funcionamento demonstra que a exploração familiar não pode ser definida em um modo de produção específico, como é o caso da exploração camponesa ou da empresa de produção. (Lamarche, 1993, p. 20)

Essa reflexão, modo de produção específico ou não, ocupou boa parte das discussões nas décadas anteriores, sobretudo em países como o México, onde as discussões entre grupos de estudiosos campesinistas e os não-campesinistas jamais perderam importância.

Optei em trabalhar com a categoria “agricultor de economia familiar” ou simplesmente “agricultor familiar”, pois entendo que essa terminologia tem um critério amplo e me permite homogeneizar a linguagem. Porém, como veremos no item 1. – “De quem estamos falando?” –, será possível perceber a amplitude da temática e das discussões sobre o conceito de “camponês” ou “agricultor familiar” e em que medida o uso de tecnologias e a nova relação daí decorrente têm interferido no campo das regularidades analíticas. Ou, ainda, qual é a preocupação do agricultor familiar quando busca “melhorias de vida”, ou melhoria na “qualidade de vida”.

## 1. De quem estamos falando?

O conceito de agricultor de economia familiar, ou agricultor familiar, pode apresentar-se sob uma enorme diversidade de situações e por condicionantes históricos, portanto torna-se importante tentar caracterizar o que se entende por “agricultor de economia familiar”.

Existe, na literatura brasileira, diferentes definições e caracterizações a respeito do que venha a ser agricultura familiar. No início dos anos 70, Afrânio Raul Garcia Jr. trabalhou com uma categorização de camponês na qual inseriu a questão do trabalho familiar como definidor do conceito. Em seu estudo *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*, investigou grupos de “pequenos produtores” periféricos na Zona da Mata de Pernambuco. Buscou entender a situação do camponês marginal à plantation canavieira da região. Percebeu que esse ator social foi sempre ameaçado de expropriação de suas terras, por essa plantation, pois o camponês não participava da lógica comercial ali instalada, bem como não havia viabilidade social, tecnológica e econômica em participar do processo.

Para Afrânio Garcia, o surgimento de um campesinato marginal à plantation está vinculado à expropriação do morador dos engenhos. “O autor vai de encontro ao pequeno produtor, onde ele mora, e depara-se com o que ele próprio considera sua atividade principal, que lhe dá antes de tudo sua identidade social, sua atividade em terras de trabalho próprias ou arrendadas” (Garcia Jr., 1983, p. II). Constituiu-se a partir do processo de transformação das relações de trabalho criadas entre o grande proprietário de terras e o trabalhador a ele ligado. Os trabalhadores perderam acesso às terras, que utilizavam para plantar suas lavouras de subsistência, levando-os a estabelecer relações de compra de seus alimentos em “feiras livres”, cuja produção vinha, por sua vez, de pequenas propriedades próximas às cidades. Ou seja, a expulsão do morador dos engenhos, além de criar a figura do assalariado rural, morador da cidade, implicou também, em outra face, o fortalecimento de setores de pequenos proprietários, com base na produção familiar.

Parte da argumentação teórica de Afrânio Garcia, com base nas suas leituras de Godelier e Bettelheim, “tinha chamado a atenção para a necessidade de estudo da racionalidade específica a outros modos de produção que não o capitalista, e que a análise do cálculo econômico das

unidades produtivas poderia se constituir em importante ponto de partida" (Garcia Jr., 1983 p. 14). Isso ajudou a não vincular o sistema de produção da área de estudo como caracterizado por relações capitalistas. Chayanov "veio completar o quadro de referências, porque sua tentativa foi a de mostrar que, na ausência de uma das categorias próprias à operação do sistema capitalista, toda a articulação entre as outras categorias econômicas se encontram modificadas" (Garcia Jr., 1983, p. 15). Chayanov indicou que o predominante na produção camponesa refere-se ao trabalho familiar.

Uma das preocupações foi afastar uma falsa categorização que muito tem prejudicado o estudo do campesinato: a oposição entre agricultura de subsistência x agricultura de mercado. Segundo o autor, essa distinção é arbitrária, pois privilegia o mercado em detrimento da agricultura de tipo camponês e pode forçar a categorização do "pequeno produtor" a partir das leis de regularidade conceituais do mercado ("e certas categorias que lhe são solidárias, como moeda, comércio"). Nesse processo, "mercado" passa a ser uma categoria de conteúdo dado, que pode definir qualquer sistema econômico, sendo a única questão relevante a observação do grau de presença do mercado. Por isso, optou-se em utilizar a categoria "subsistência" a partir sobretudo de Marx e Ricardo: para eles, significa "aquilo que é socialmente necessário para a reprodução física e social do trabalhador e de sua família" (Garcia Jr., 1983, p.16). "Subsistência" não é, portanto, uma medida de inserção no mercado, e tampouco depende dele; é uma categorização da reprodução social de um determinado grupo.

A tese apresentada está

baseada na concepção da especificidade do modo de produção camponês, assim como o concebem Galeski (1972), Tepicht (1973) e Kula (1970). Isto supõe particularidades da economia camponesa devido ao fato que tanto a unidade de produção quanto a de consumo são constituídas por regras de parentesco, e que o caráter familiar da divisão do trabalho é responsável por muitas de suas especificidades. (Garcia Jr., 1983, p.16)

Quanto à categoria "modo de produção", esta é usada no sentido restrito, entre uma unidade precisa, as forças produtivas (família) e suas relações de produção (a propriedade da terra). Para esse autor, o central

está relacionada ao ator social – “pequenos produtores” –, que ele entende como parte integrante da categoria “camponês”. E o que lhe dá suporte para sustentar essa tese é o caráter familiar da divisão do trabalho na propriedade.

Mais recentemente, no início da década de 1990, José Eli da Veiga, retributando conceitos para uma nova definição do meio rural, indicou que a caracterização antiga baseada no tamanho da propriedade (grande x pequena) era muito vaga, pois não refletia a situação socioeconômica da agricultura brasileira. Ele propõe a adoção de uma perspectiva histórica na caracterização das formas de produção (Veiga, 1991).

É através dessa perspectiva que ele contrapõe agricultura “patronal” e “familiar”, tomando como principal fator de diferenciação a renda média bruta do estabelecimento. A renda é medida pela diferença entre receita e despesas provenientes da atividade agropecuária (Veiga, 1995). Nesse caso, Veiga amplia a categorização do ator social, “agricultor familiar”, seja diante da visão oficial, seja diante do movimento sindical, ao mesmo tempo que propõe uma certa “superação” das antigas categorias “camponeses x latifundiários”.

Outros autores baseiam-se, principalmente, em critérios de contratação de mão-de-obra assalariada (Bergamasco, 1993), subdividindo a agricultura familiar em níveis diferenciados, de acordo com a contratação ou não de trabalhadores temporários ou permanentes, em algum momento do processo produtivo, ou gerenciamento da propriedade.

O movimento sindical de trabalhadores, coordenado seja pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), ou pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), também teve a preocupação de definir agricultura familiar, com base na relação de trabalho dos produtores. Essa definição assemelha-se às teorias aqui expostas:

- a) as atividades agropecuárias desenvolvidas devem ter a predominância de mão-de-obra familiar e, apenas eventualmente, deve ocorrer contratação de mão-de-obra externa à propriedade;
- b) o produtor deve residir na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo;

- c) a atividade agropecuária deve responder por mais de 80% da renda familiar, constituindo-se, portanto, na principal fonte de renda;
- d) a renda bruta anual da propriedade não deve exceder ao limite de 75 mil UREFs;
- e) o produtor não deve ter uma quantidade total de terras (propriedade, posse ou parceria) superior a quatro módulos fiscais;
- f) pelo menos 75% das atividades do produtor devem ser dedicadas à propriedade.<sup>1</sup>

Os itens que, de alguma forma, poderiam ser divergentes com os autores citados dizem respeito ao tamanho da área (letra “e”) e o volume da renda do produtor (letra “d”). As duas são restritivas. Existe possibilidade de, em áreas pequenas, criar-se um sistema produtivo que ultrapasse a renda indicada, ao mesmo tempo que, em grandes áreas, o trabalho pode ser desenvolvido apenas pelos familiares dos proprietários (filhos casados, irmãos casados) e a renda ser dividida por todos, não atingindo o máximo exposto pelo movimento sindical. O elemento aglutinador no conceito está ligado à lógica do “trabalho familiar” no processo produtivo. Enquanto a produção da agricultura patronal tem como base relações entre os despossuídos de terras e meios de produção, aqueles que estão dispostos a estabelecer contratos de assalariamento, os agricultores de economia familiar organizam sua produção a partir da divisão do trabalho nos limites de sua “cerca”, ou seja, no âmbito da própria família. Mulheres, filhos e o “cabeça” do casal “tocam” suas lavouras, ou sistemas de criação, no limite potencial do tamanho de cada unidade.

No conjunto dos estudos realizados, entretanto, não se percebem reflexões, análises, pesquisas que busquem estabelecer relações ou parâmetros que possam existir entre as categorizações, tipologias, elevação da renda, agricultura de subsistência, inserção no mercado, uso de tecnologias e divisão do trabalho, com “qualidade de vida”, com desejos, mesmo que simbólicos dessa qualidade, do ponto de vista do próprio agricultor. Os estudos partem, em sua maioria, de categorias criadas fora das propriedades. As investigações científicas visam buscar

regularidades analíticas e conceitos a partir de mediações constantes na “realidade dada” e as diferentes formas de inserção do agricultor familiar nesta realidade.

Das variáveis acima, a que mais se aproxima da questão “qualidade de vida” é “agricultura de subsistência”, que, como vimos acima, representa a produção daquilo que é necessário para a reprodução social e física do trabalhador e de sua família. Poderíamos argumentar, a título especulativo, que, à medida que a renda das famílias eleva-se, devido a uma maior ampliação da força de trabalho e do uso de tecnologia, a qualidade de suas vidas também melhora. Graziano da Silva trabalha a partir dessa lógica. Ele faz relação direta entre potencial produtivo, divisão de trabalho e sobrevivência da unidade familiar.

Torna-se fundamental, portanto, saber quanto cada pessoa diretamente ocupada é capaz de produzir. Uma pessoa pode trabalhar num dia, por exemplo, T horas. Durante esse período, ela gasta N horas de trabalho para produzir o necessário à sua sobrevivência e reprodução – alimentar-se, morar numa casa decente, educar os filhos, etc. Se  $N < T$ , haverá um tempo livre que será ocupado com inúmeras finalidades produtivas ou improdutivas [...]. (Silva, 1999, p. 13)

Em certa medida, isso pode ser uma tese mensurável quando olhamos as unidades produtivas individualmente e, com uma certa arbitrariedade, vinculamos “sobrevivência e reprodução”, enquanto “qualidade de vida” na perspectiva de morar bem, educar os filhos, mesmo sem qualificar tal conceito. Porém, se fizermos generalizações dessa reflexão, podemos criar modelos analíticos problemáticos, pois renda elevada pode, também, implicar gastos elevados com insumos e inovações (manutenção do sistema de produção), não alterando as condições de vida do grupo familiar.

No campo específico da variável “renda”, tomemos como exemplo o relatório da ONU, através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que indicou a posição do Brasil no ranking mundial de “qualidade de vida”, também conhecido como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Nesse relatório, o país ocupava o 64º lugar, baixando para 79º nesse ranking em 1999. Isto por quê? Porque

o Brasil não tem conquistado bons resultados no campo do desenvolvimento social. Sua renda média per capita continua crescendo – em 1999 era de US\$ 6.480,00, e estava próxima de países como a Polônia (44º lugar e US\$ 6.520,00 de renda per capita) –, porém a qualidade de vida da população, no geral, não melhorou. Educação, longevidade e saúde são variáveis diretamente ligadas ao desenvolvimento de um país. O Brasil registrava, oficialmente, 84% de pessoas adultas alfabetizadas e uma expectativa de vida na casa dos 66,8 anos. A Polônia, com pouco mais de renda, registrou 100% de sua população adulta alfabetizada e as pessoas vivem em média 72,5 anos (FSP, 11/06/99, Caderno Especial).

Nas cidades de Rio Verde e Orizona, estado de Goiás, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal de 1991 é também ilustrativo da questão levantada acima. De um índice que varia de zero a um, Rio Verde tem uma renda média de 0,878 e Orizona 0,508, porém, nas variáveis educação e longevidade, há uma inversão. Orizona tem 0,634 e 0,698 respectivamente. Enquanto em Rio Verde, o quadro é 0,634 e 0,664. Na realidade são muito próximos, mas também é verdade que a composição da renda não significou avanços no campo social em Rio Verde, apesar de ser uma das regiões com maior índice de uso de tecnologia e de produção agropecuária do estado de Goiás.

A frieza dos números serve apenas para relativizar algumas análises que colocam a renda de um agrupamento social como determinante ou, ainda, que vinculam-na ao uso de tecnologias mecânicas, químicas ou gerenciais. Ela é importante na esfera do sistema produtivo, mas não nas várias dimensões (culturais, sociais, organizativas) da vida dos agricultores familiares. A renda está sempre relacionada com o uso ou não de tecnologias, com gerenciamento do trabalho (familiar ou contratado), com mercado e produtividade, porém nem sempre com “qualidade de vida” e menos ainda com o que é compreendido como qualidade de vida por parte desses produtores rurais. Nesse caso, essas dimensões, além de números, crescentes ou decrescentes, envolvem relações culturais, subjetividade, desejos, relações de poder local e políticas públicas, entre outras coisas.

Finalmente, a definição do que venha ser “camponês” ou “agricultor familiar” ainda não é totalmente fechada. De qualquer maneira, como já



o demonstraram Siqueira & Porto (1997), a utilização dos conceitos tem a marca de sua inserção histórica. Se o conceito de camponês foi fartamente utilizado na década de 1960, no Brasil, nas décadas seguintes, este foi substituído pelo de pequena produção. Existem elementos que podem ser considerados comuns àqueles conceitos (tamanho da propriedade, da renda, inserção no mercado, contratação de mão-de-obra, forças produtivas). Entre eles, o mais significativo está ligado ao uso do trabalho familiar na base do sistema de produção econômica e também na base da reprodução social do setor, uma vez que as famílias buscam organizar-se a partir dessa variável.

## 2. Qualidade de vida: do que estamos falando?

“Qualidade de vida” (QV) será aqui apresentada de forma exploratória, uma aproximação desse conceito, de uso comum em áreas urbanas, mais ainda pouco explorado no meio rural. Nessa segunda área, temos grande quantidade de estudos sobre o tema “sustentabilidade”, que, para alguns estudiosos, pode ter elementos que indicam “qualidade de vida”. Por ser recente sua utilização em áreas não-urbanas, faremos inicialmente um “sobrevôo” sobre o surgimento do conceito e suas relações com o mundo do trabalho da sociedade industrial moderna, tendo sido ali a gênese dessa discussão. Portanto, estamos entendendo que se pretende abrir o debate sobre o tema, e somente num segundo momento (respaldado por pesquisa de campo) avançar em reflexões mais sistemáticas sobre “qualidade de vida” no meio rural.

Para Selene C. Herculano (1998), os conceitos de QV diante das relações urbanas estão, ainda, em discussão e em formação. Para ela,

As propostas deste debate são a de aprofundar uma reflexão sobre as premissas definidoras e norteadoras da busca do desenvolvimento e do bem-estar, do ponto de vista ético, ambiental, de plenitude humana, a fim de sugerir elementos para a elaboração de um novo conjunto de indicadores que mensurem, a um só tempo e de forma integradora, o bem-estar individual, o equilíbrio ambiental e o desenvolvimento econômico. (Herculano, 1998, p. 77)

Segundo Vieira (1996), o conceito de “qualidade de vida” remonta à década de 1950, mas somente na década seguinte toma impulso nas

investigações dos cientistas sociais, líderes sindicais, empresários e governantes. O foco central estava, inicialmente, ligado ao mundo do trabalho e às transformações que vinham ocorrendo a partir da reestruturação produtiva nesse meio. Buscava-se compreender o processo e, ao mesmo tempo, minimizar os efeitos negativos gerados no campo do “emprego”, na “saúde” e no “bem-estar geral” (lazer, educação, relações familiares) dos trabalhadores. Portanto, “qualidade de vida” recebeu um adendo “no trabalho” – QVT – e passou a ser vista como uma categoria analítica a partir do momento em que se perceberam mudanças de relações no mundo da produção, a partir da metade do século XX.

No decorrer da década de 1970, pesquisadores dos Estados Unidos retomam as reflexões sobre o tema, após análises que identificavam diminuição do ritmo e do compromisso dos empregados com suas empresas devido a desgastes ocorridos nas relações de trabalho. Esse processo se acentuou ao mesmo tempo em que a globalização econômica vinha exigindo dos trabalhadores americanos um novo perfil, com flexibilidade contratual e com qualidade no resultado de suas atividades.

Além disso, a preocupação com o aumento da competitividade internacional levou os americanos a investigar novos estilos gerenciais praticados em outros países, em particular pelos japoneses e a relação entre programas de produtividade centrados nos empregados e os esforços de “qualidade de vida no trabalho – QVT”. (Vieira, 1996, p. 37)

No Brasil, o tema pode ser considerado recente e, para alguns autores, ainda existem dúvidas quanto ao significado exato do termo. Vieira, citando Corrêa, aponta quatro estágios para o entendimento do movimento de “qualidade de vida no trabalho”. Após realizar investigações com os envolvidos no processo, identificou como primeiro estágio as condições de subsistência (salário compatível com função, segurança, prevenção de acidentes, seguridade social e aposentadoria); num segundo, foram identificados os incentivos salariais, a participação nos lucros e a eficiência administrativa; o terceiro estágio estava ligado à esfera pública, destacando o reconhecimento social pelo trabalho, a liderança democrática no ambiente interno das relações de produção, o treinamento

e a requalificação profissional e a relação interpessoal no local de trabalho. Por fim, o quarto estágio, a auto-realização, a criatividade, a flexibilidade do horário de trabalho e a preocupação com o meio ambiente. Esses quatro estágios não ocorriam de forma hierárquica e linear. Eles se entrecruzavam, havendo momentos em que se percebia transversalizado um dentro do outro.

A partir dessas variáveis, os atores sociais passaram a estabelecer novas pautas de negociações. Alguns empresários exigiam mais produtividade e mais qualidade de seus trabalhadores. Estes, através das lutas sindicais, reivindicavam mais segurança no emprego. As negociações passaram a girar em torno de conquistas e perdas de variáveis de “qualidade de vida no trabalho”.

No campo teórico, Vieira (1996) indicou ainda que o conceito de “qualidade de vida no trabalho” é amplo e contingencial, não havendo consenso entre os estudiosos do tema. Para ter uma das muitas visões, segundo essa autora, podemos definir qualidade de vida no trabalho como:

[...] melhoria nas condições de trabalho – com extensão a todas as funções de qualquer natureza e nível hierárquico, nas variáveis comportamentais, ambientais e organizacionais que venham, juntamente com políticas de Recursos Humanos condizentes, humanizar o emprego, de forma a obter-se um resultado satisfatório, tanto para o empregado como para a organização. Isto significa atenuar o conflito existente entre o capital e o trabalho. (Vieira, 1996, p. 39)

Ou, ainda,

[...] um processo pelo qual uma organização tenta revelar o potencial criativo de seu pessoal, envolvendo-os em decisões que afetam suas vidas no trabalho. Uma característica marcante do processo é que seus objetivos não são simplesmente extrínsecos, focando melhora da produtividade e eficiência em si; eles também são intrínsecos no que diz respeito ao que o trabalhador vê como fins de auto-realização e auto-engrandecimento. (Vieira, 1996, p. 39)

Essas duas visões, embora não totalmente semelhantes, buscam justificar um processo no qual quem decide sobre o assunto é apenas um dos lados, a organização empresarial. Ou seja, os atributos melhorias na

“qualidade de vida no trabalho” estão associados à ação da empresa, numa hierarquização que separa quem pensa de quem executa. A velha dicotomia sobre alienação do mundo do trabalho continua, pois, apesar de se apresentar mais participativo, o trabalhador não domina o processo de criação e transformação nas atividades que desenvolve, muito menos define o que deve-se produzir e como esse processo se dará.

Pesquisas indicam outras visões, ampliando os conceitos e definições apresentados acima. Siqueira & Coletta (1989, apud Vieira, 1996), em trabalho de campo sobre esse tema, criaram “modelos de QVT”. Esses autores procuraram entender o que os trabalhadores da indústria e do comércio no município de Uberlândia (MG) classificavam com sendo “qualidade de vida”. Os principais fatores de identificação foram: “o próprio trabalho, as relações interpessoais, os colegas, o chefe, a política de recursos humanos e a empresa”. Na visão dos informantes da pesquisa, as cinco categorias acima poderiam ser complementadas por:

- 1) política de recursos humanos: definição de cargos e salários, treinamentos, educação e benefícios, estabilidade e cumprimento de regras e legislação trabalhistas;
- 2) trabalho: ambiente seguro/saudável, ausência de cobranças rígidas, participação nas decisões, informações suficientes e equipamentos adequados, horários fixos, amizade entre colegas e contatos diretos com o patrão;
- 3) interações pessoais: cooperação e confiança, chefia com diálogo aberto, conhecimento técnico das atividades;
- 4) indivíduo: assiduidade, baixa rotatividade, satisfação com o que faz, responsabilidade, iniciativa, separação de problemas pessoais e profissionais e residência em local de fácil acesso ao trabalho;
- 5) empresa: imagem de organização e de solidez, bem conceituada, regras bem definidas de funcionamento e administração eficiente.

No início da década de 1970, Richard Walton identificou fatores e dimensões que afetavam mais significativamente os trabalhadores nas suas condições de trabalho. Encontrou o seguinte modelo:

Quadro 1 – Modelo de Walton para aferição da QVT

<b>FATORES</b>	<b>DIMENSÕES</b>
1. Compensação justa e adequada	1. Renda adequada ao trabalho 2. Equidade interna 3. Equidade externa
2. Condições de trabalho	1. Jornada de trabalho 2. Ambiente físico seguro e saudável
3. Uso e desenvolvimento de capacidades	1. Autonomia 2. Significado da tarefa 3. Identidade da tarefa 4. Variedade da habilidade 5. Retorno das informações entre chefias e trabalhadores
4. Chances de crescimento e segurança	1. Possibilidade de carreira 2. Crescimento profissional 3. Segurança e emprego
5. Integração social na empresa	1. Igualdade de oportunidades 2. Relacionamento 3. Senso comunitário
6. Constitucionalismo	1. Respeitos às leis e aos direitos trabalhistas 2. Privacidade pessoal 3. Liberdade de expressão 4. Normas e rotinas
7. Trabalho e espaço total de vida	1. Papel balanceado do trabalho
8. Relevância social da vida no trabalho	1. Imagem da empresa 2. Responsabilidade social pelos serviços 3. Responsabilidade social pelos produtos 4. Responsabilidade social pelos empregados

Fonte: Walton (1973, apud Vieira, 1996, p. 44)

Para um outro grupo de pesquisadores, no entanto, o movimento sobre QVT identificado como perspectivas, modulações e conceitualizações responde apenas em parte às questões fundamentais no mundo

do trabalho. Se, por um lado, as pessoas buscam melhores condições em suas atividades, por outro, a base teórica desse processo, a “reestruturação produtiva” e o “controle da qualidade total”, provocou transformações tão profundas no ambiente produtivo que uma grande parte das pessoas não se identifica mais com o processo e passou a viver à sua margem. Nesse caso, duas situações são bem visíveis. A primeira diz respeito à criação de um setor informal de relações econômicas, na maioria dos países onde o sistema de produção, além de não produzir mercadorias com a qualidade exigida pelo mercado global, mantém um quadro de pessoal totalmente flexível, sem benefícios sociais, e ainda à mercê das flutuações do setor (que é demasiadamente instável). E a segunda situação gera uma massa de desempregados estruturais que sobrevivem de pequenos serviços e “bicos”. Acabam perambulando de uma região a outra de seus países, chegando mesmo a imigrar de um a outro país. No caso do Brasil, Jorge Matoso (1999) fez um estudo do mercado de trabalho identificando o desaparecimento de três milhões de empregos somente na década de 1990 devido à implantação, por muitas empresas, do sistema de qualidade total em suas linhas de produção, ou serviços prestados. Também Marcio Pochmann (1999) analisou o processo de exclusão, desemprego e precarização no mundo do trabalho no Brasil. Nesse caso, a reestruturação produtiva foi sinônimo de destruição de empregos, ou seja, muito mais grave que desemprego, pois esses postos de trabalho deixaram de existir. Ricardo Antunes (1995), anos antes, tinha identificado processo semelhante. Para ele,

Alguns dos efeitos desse processo de reestruturação (substituição de insumos por novos materiais – por exemplo, a informatização, a automação e a robótica; a flexibilização e a terceirização da produção; reconcentração de capitais e constituição de blocos de países) –, produzidos nas condições da modernização conservadora e com a ruptura do compromisso keinesiano, terminaram por destruir muitos empregos em pleno período de expansão econômica. (Antunes, 1995, p. 79)

Esses autores observam que, mesmo havendo crescimento da economia, há também crescimento do desemprego estrutural, da precarização das condições de trabalho (redução dos salários, inquietação

nos indivíduos provocando-lhes stress devido à excessiva competição por emprego e por cargos).

Como veremos adiante, o processo de “reestruturação produtiva” não só provocou eliminação do trabalho em alguns setores urbanos, e com isso variação na categorização social desses setores, mas, também, auxiliou na diminuição das distâncias entre as demandas do meio rural e as ofertas do mundo urbano; entre o vendedor urbano de máquinas e insumos e o comprador rural. Esse processo interferiu diretamente nas relações rurais, criando, pelo menos, duas novas dimensões nesse movimento. Uma diz respeito à mudança na organização do trabalho familiar em decorrência da aquisição de equipamentos mecânicos e de insumos bioquímicos, que exigiu novas formas de pensar a produção, alterando a organização do trabalho, levando ao meio rural a necessidade de pensar numa “reestruturação produtiva agrária”. A segunda dimensão está vinculada ao custo-benefício desse processo. À medida que grupos de agricultores familiares inserem-se em um padrão tecnológico, suas demandas de consumo, nesta área, passam a ter um fluxo monetário mais constante, isto é, será necessário investimento em insumos e em equipamentos permanentemente. Isso poderá provocar, em algumas situações, elevação de custos e de produtividade, com a conseqüente alteração na composição da renda familiar. As condições gerais de vida do grupo tenderão a alterar-se. Em alguns casos, poderá ocorrer elevação de renda e esse fato ser considerado pelos agricultores como elevação no seu padrão de “qualidade de vida”. Em outros casos, porém, poderá ocorrer diminuição de renda em virtude dos altos custos monetários que o padrão tecnológico exige.

O quadro descrito levanta questões que nos parecem muito pertinentes. Para grupos de agricultores familiares de regiões inseridas no atual padrão tecnológico, “qualidade de vida” pode apresentar-se como adaptação a esse modelo, como verticalização da produção e da divisão do trabalho familiar, mesmo que implique a impossibilidade de sobrevivência de membros do grupo. Nesse caso, categorias urbanas da reestruturação produtiva (tais como produtividade, competitividade, flexibilidade) passam a ter significado muito próximo no meio rural. Outros agrupamentos não estavam em condições de “enquadrarem-se” no modelo, deixaram de ser competitivos nas atividades agrícolas e

transitaram para a pecuária, predominantemente produtores de leite e seus derivados. Também estes, em certa medida, verticalizaram seus sistemas de criação (silagem, inseminação artificial, mudança da raça do gado). Em alguns lugares optaram em organizar-se através de associação de produtores e até mesmo de cooperativas, para juntos enfrentarem o processo seletivo.

Porém, não podemos transpor conceitos de “qualidade de vida” de áreas urbanas para rurais. Como vimos nos estudos apresentados por Vieira (1996), a classificação desse conceito está ligada a espaços internos de unidades produtivas e de setores industriais e serviços. Esse processo recriou relações específicas, nas quais a eliminação de um tipo de trabalho poderia gerar outro. Ao mesmo tempo em que exigiu de seus participantes mudanças de postura diante da organização individual das atividades produtivas. Se é que podemos afirmar que existiam, as variáveis semelhantes estão demarcadas pelas melhorias no campo da saúde, educação e lazer, além daquelas mais próximas como produtividade e competitividade. As diferenças ficaram no campo do sistema de transporte, serviços públicos e utilização de tecnologias.

No meio rural, não basta a inserção do agricultor familiar aos padrões tecnológicos, nem tampouco elevação de sua renda, para identificar melhorias na “qualidade de vida”. É preciso repensar as relações do homem com o meio ambiente, espaço que é finito e determinante nos vários sistemas de produção agropecuários. Em certa medida, a reprodução social do agricultor familiar está dependente da preservação ambiental.

Outro fator diferenciador pode ser encontrado na esfera das políticas públicas. No meio rural, as demandas por saúde e educação são atendidas pelo poder local ou estadual, havendo pouco espaço para atividades privadas nessas áreas (mais comum nos centros urbanos). Porém, com a crise estrutural que o poder público brasileiro passou nas décadas de 1980 e 1990, essas demandas sociais têm sofrido cortes de investimento, diminuindo sensivelmente seu alcance para as populações rurais, afetando-lhes a “qualidade de vida”.

Portanto, para analisarmos qualidade de vida no meio rural, será preciso trabalhar com variáveis que dêem conta de perceber a vivência do agricultor familiar com o meio ambiente, e como este pode interferir

na reprodução social desse ator. Bem como o papel das políticas públicas nas áreas de saúde, educação e lazer. Nesse caso, as teorias urbanas de QVT serão utilizadas como contraponto do levantamento deste trabalho.

### 3. A utilização da produção de tecnologia na agropecuária

As mudanças nas bases materiais, que por sua vez correlacionam-se com as alterações nas bases sociais e culturais, no meio rural, são parte de um processo constante de rupturas. Elas poderiam ser identificadas a partir dos conflitos que se estabelecem entre o saber tradicional, "divino", o senso comum e o saber técnico-científico, entre as reflexões teóricas e as práticas daí decorrentes, ou ainda entre as rupturas do sujeito e do objeto na construção do conhecimento. Essas várias situações não terminam no campo específico, interno ao mundo das pesquisas e descobertas, mas também estão presentes na apropriação dos resultados desse processo. Ora ela é social, pública; ora é privada, particularizada.

Nesse processo de rupturas, a utilização da produção tecnológica para a agricultura é identificada como áreas de conflitos, de escolhas e de exclusões.

Para o debate sobre a aplicação da tecnologia no meio rural, desenvolvimento de técnicas e estudos a serem aplicados na produção agropecuária, optamos por fazer um breve diálogo entre estudiosos dessa temática. A intenção é levantar alguns aspectos na área de ciência e tecnologia (C&T) e da análise sociológica desse campo, no meio rural. É um tema muito polêmico e vasto. Neste momento, pretendemos apenas levantar a questão, identificando os seguintes aspectos: 1. até que ponto a tecnologia que o mercado oferece à agropecuária pode ser apropriada nas áreas de trabalho do agricultor de economia familiar; 2. até que ponto ele está apto a utilizá-la. A questão não deve ser vista apenas a partir da capacidade "escolar" do usuário, seu grau de instrução, pois, nesse caso, existem treinamentos que facilitariam a administração dos recursos químicos e mecânicos no meio rural. É preciso perceber, por exemplo, em que medida a implantação de um novo sistema de produção interfere na distribuição do tempo do agricultor; 3. que velocidade imprimirá a seu trabalho e ao da família, com a implantação de tecnologias, e o que fazer com o tempo eventualmente livre.

Existem tecnologias que exigem o consumo de mais tempo e de recursos financeiros, que, num primeiro momento, fazem decrescer a renda média do produtor; nesse caso, faz-se necessário uma reflexão sobre a viabilidade de sua implantação. Para o mercado de mercadorias tecnológicas, essas questões não são importantes. Sua função é vender e, com isso, "difundir" as invenções.

Ivan Sérgio Souza & Edward G. Singer (1984) vêem a utilização da tecnologia na agropecuária, assim como em áreas industriais e comerciais, dentro do contexto de produção capitalista (dentro dos parâmetros do livre mercado de compra e venda de algo, como exposto acima), vinculada ao campo das disputas e escolhas, que por sua vez geram conflitos:

a base sociomaterial define não só a série de escolhas humanas como também o campo de conflito. É de se esperar que quando esta base ou conexão sociomaterial se modifique também haja uma modificação no leque de escolhas humanas e no campo de conflitos. (Souza & Singer, 1984, p. 19)

Dentro do contexto de escolhas e conflitos, eles entendem, ainda, que a pesquisa científica não faz o jogo estrito do mercado capitalista. Ou seja, o desenvolvimento científico e a elaboração de novas máquinas para serem vendidas num mercado lucrativo não são os primeiros objetivos dos cientistas envolvidos nas investigações tecnológicas.

Tecnologia agropecuária como uma prática compreende aquela área da pesquisa concentrada na produção, desenvolvimento e adaptação de tecnologia para a agricultura. Ela é também uma forma específica de trabalho intelectual. Na nossa sociedade esta forma de trabalho intelectual [...] possui uma forte tendência para legitimar o poder e exibir um relacionamento orgânico com as relações políticas de dominação. Contudo, isto não significa que os pesquisadores intencionalmente direcionam as suas agendas de pesquisa para servir os interesses do capital. (Souza & Singer, 1984, p. 22)

Porém, essa dualidade aparente, na questão do desenvolvimento científico e tecnológico, ganha características particulares no momento

de sua aplicabilidade. Algumas informações sobre a Região Centro-Oeste do Brasil ajudam a entender que C&T, quando passam a ser utilizadas nos espaços sociais, adquirem formas “puramente” mercantis e, não raro, o setor que desenvolve C&T busca subordinar o setor a ele dependente. Apesar dos problemas conjunturais enfrentados pelo setor rural, inclusive a retirada de muitos incentivos governamentais, a criação de novos pólos agrícolas demonstram a continuidade da política de expansão do setor no cerrado, pelo menos até a metade da década de 1990. Duas frentes continuam atraindo investimentos. A primeira diz respeito à continuidade do Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Prodec), que está sendo realizada através de novas estratégias nos processos de colonização e expansão das lavouras de soja na região. As fases I e II foram implantadas em áreas de cerrado dos estados de Minas Gerais e Goiás, já a fase III do projeto está em implantação nos cerrados do Tocantins e sul do Maranhão. Receberam financiamento de projetos cooperativados de colonização e cultivo em áreas não superiores a quinhentos hectares. Eles, no entanto, não diminuíram o grau de destruição dos cerrados causado pela prática do cultivo da agricultura moderna. A segunda é referente à instalação, no início dos anos 90, de inúmeros complexos agroindustriais no Centro-Oeste (destaque para os criadores de frango e suínos: Perdigão, Sadia, Swit, Seara; para as indústrias lácteas: Parmalat, Itambé, Nestlé; para os graneleiros: Ceval, Cargill). Parece que o processo de agroindustrialização tende a continuar. Também pode-se dizer que a agregação de valores à matéria-prima passou e passará por um processo de ampliação, no qual o “casamento” indústria-agricultura está se consolidando. Duas grandes malharias começaram a operar em Goiás: a Mans e a Vicunha, com pretensão de comprar o algodão produzido na região e transformá-lo em malha no estado de Goiás (Pietrafesa & Sauer, 1997, p. 34). O grupo Vicunha chegou a instalar uma unidade fabril em Anápolis (GO), porém não deu prosseguimento às atividades, levando de volta os equipamentos e máquinas para o estado de São Paulo.

O padrão de desenvolvimento administrado pelo governo do Estado vincula-se à lógica mercantil em que a utilização de tecnologia se insere. Segundo Souza & Singer, como o setor agropecuário está vinculado a dois outros setores, o industrial e o comercial (também no relatório de pesquisa apresentado acima percebeu-se claramente esse relaciona-

mento), as análises da utilização de tecnologias são sempre complexas. Isto porque, se por um lado os produtores rurais detêm alguns meios de trabalho e isso dificulta o desenvolvimento de técnicas e mudanças no sistema de produção, por outro lado sofrem pressão dos outros setores (comercial e industrial) para adaptar-se às exigências do capital. Agricultura passa a ser vista, em parte, como “relações subordinadas não-capitalistas”. “Poulantzas (1978) se refere a relações subordinadas não-capitalistas como condição de existência para as relações capitalistas dominantes” (Souza & Singer, 1984).

José Graziano da Silva (1989) concorda em parte com essa questão. Para ele, há uma subordinação do meio rural ao processo capitalista industrial e comercial, como visto acima. Porém, sua análise volta-se para uma subordinação também da tecnologia diante do capital. Ou seja, “o progresso técnico representa uma maneira de o capital superar a barreira representada pela propriedade fundiária” e também cria “um mecanismo regulador do nível da renda da terra”. Nesse caso, a agricultura não só se subordina às demandas e ofertas do setor industrial e comercial, mas a técnica serve a este último, enquanto consolidação do processo de dominação do capital diante da agropecuária. O autor afirma:

De qualquer maneira – e isto é o fundamental na questão – o capital tem no progresso técnico, que nada mais é que uma das facetas do seu próprio desenvolvimento, a chave do processo de subordinação da terra e, por extensão, da própria natureza. (Silva, 1989)

Com posições semelhantes alguns autores vêem a modernização agrícola brasileira, adotada a partir do final dos anos 60, como um espaço de expansão capitalista no meio rural. Essa modernização trouxe profundas alterações no campo. A mudança nas bases produtivas a partir da implementação de novas tecnologias, baseada na mecanização intensiva e na agroquímica e associada a uma política agrícola de produção em larga escala, de monocultura e de exportação, ampliou a concentração da propriedade da terra e intensificou o assalariamento e o êxodo rural. “Esse processo de transformação foi determinado pelas necessidades de expansão da indústria de máquinas e insumos agrícolas” (Sinatora, 1985). Também foi incentivado e subsidiado por políticas governamentais,

excluindo-se a produção familiar, por ser avaliada como um setor desorganizado e pouco competitivo. Garantiu o aumento da produção agrícola e a capacidade de o Brasil competir nos mercados internacionais de produtos agropecuários, conquistando uma das principais posições no setor. O reverso desse processo foi a desestruturação da produção de base familiar, a deterioração dos ecossistemas e a exclusão de vastos contingentes da população rural.

A modernização agrícola adquiriu novas formas de organização e, ao mesmo tempo, seus promotores construíram um modelo não só concentrador dos lucros, mas mantenedor das estruturas fundiárias regionais, fonte do poder econômico e político. No Centro-Oeste, como no Brasil, a ampliação da produção agrícola e a abertura de novas áreas não resultaram numa divisão das terras, em fortalecimento de um setor familiar e em ampliação de mercados consumidores locais e regionais. Esta ampliação assenta-se quase que exclusivamente sobre as grandes áreas de monoculturas voltadas para a exportação (em detrimento da produção para o mercado interno). Na década de 1990, esse modelo introduziu uma “nova” lógica de relações produtivas no campo. O discurso passou a ser feito a partir das necessidades de baixar custos para elevar o grau de produtividade e competitividade no mercado globalizado. Para a realização desse processo, intensificou-se a utilização da biotecnologia, reduzindo o tempo necessário para completar o ciclo produtivo. As pesquisas têm se voltado para o desenvolvimento, por exemplo, de novas variedades de sementes adaptadas para as diversidades climáticas e de solo, como é o caso da soja e do arroz nas regiões de clima temperado.

Esse processo elevou a renda agrícola, como vimos no caso do município de Rio Verde de Goiás (que era alta, 0,878, no ano de 1991), acelerou as condições de domínio da natureza, com o uso de novas tecnologias, e ainda inseriu a região sudoeste de Goiás no seletivo mercado global, principalmente no caso da cultura da soja. Mas não mudou substancialmente as condições sociais do setor de produção familiar da região, como também pudemos ver pelos dados do Índice de Desenvolvimento Humano municipal. O que identificou-se foi que um número significativo de antigos agricultores familiares foram transformados em assalariados agrícolas, outros tantos perderam o status

de proprietários e passaram a se relacionar com a produção através de contratos de arrendamento, e outros, ainda, transitaram de produtores agrícolas para pecuaristas leiteiros.

Souza & Singer (1984) enfatizam, ainda, que, para a análise do desenvolvimento tecnológico agropecuário, seria necessário fazer complexas relações, pois não são atividades exclusivas, mas há ligações com outros setores econômicos.

No setor agrícola, a diversidade de formas de produção e as duas conexões com um diferenciado setor industrial e comercial tornam mais complexa a análise da produção tecnológica. Parte considerável dos trabalhadores agrícolas ainda retém a posse dos seus meios de produção e, por conseguinte, o controle sobre a mudança técnica. Nesses setores, não existem capitalistas para serem diretamente confrontados ou que imponham chamadas crescentes para a eficiência e controle do processo de trabalho. (Souza & Singer, 1984, p. 18)

José Graziano da Silva (1989) destaca que o fato de alguns proprietários deterem os meios de trabalho não impede a transformação da agricultura em termos de desenvolvimento e uso de tecnologias. Argumenta que em alguns ramos de produção agrícola o período de trabalho passa a ser gerido pelas inovações, e estas ampliam as possibilidades de lucro do capital.

As considerações anteriores permitem pensar numa tripla classificação para as inovações que acompanham o progresso tecnológico na agricultura, do ponto de vista do processo capitalista de produção:

- a) Inovações mecânicas, que afetam de modo particular a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho;
- b) Inovações físico-químicas que modificaram as condições naturais do solo, elevando a produtividade do trabalho aplicado a esse meio de produção básico;
- c) Inovações biológicas, que afetam principalmente a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo, através da redução do período de produção, e da potenciação dos efeitos das inovações mecânicas e físico-químicas. (Silva, 1989, p. 11)



Exemplo desse processo de “tripla classificação” pode ser visto nas transformações ocorridas no sistema de produção da cana-de-açúcar. Os casos das usinas e destilarias de álcool e açúcar em Goiás são exemplos claros da implantação de novas tecnologias e novas formas de gerenciamento da mão-de-obra visando à melhoria nas relações homem-natureza, dentro da “nova” lógica identificada acima. O plantio da cana e a produção de álcool ou açúcar tornaram-se apenas um elemento da cadeia produtiva. Essas usinas estão também realizando consorciamento, utilizando o bagaço da cana como alimento animal. É comum na região as usinas criarem gado de corte (ou de leite). Utilizam o bagaço da cana também para a geração de energia elétrica. Além de baixar o custo operacional, o excedente de energia é vendido para as prefeituras da região onde se localiza a usina. O vinhoto<sup>2</sup> está sendo canalizado para as lavouras como uma forma de evitar a poluição de rios e córregos e aumentar a fertilidade do solo.

As inovações não se restringem ao setor industrial. Além da mecanização crescente, também o plantio da cana é realizado de forma a aumentar a produtividade da mão-de-obra assalariada. As formas de seleção e gerenciamento de pessoal são feitas a partir da separação dos cortadores com maior experiência e produtividade por hora trabalhada, e os de média ou baixa produção. Esse mecanismo força a competição e especialização entre os trabalhadores, aumentando o ritmo e a produtividade dos cortadores de cana, ao mesmo tempo que não há retorno financeiro, em forma de salário, para compensar o esforço físico. Por outro lado, as usinas não cumprem muitos itens das cláusulas sociais dos acordos coletivos do setor. O exemplo mais emblemático registrou-se no caso do fornecimento de água aos trabalhadores nos canaviais. A maioria das indústrias servia-a sem as garantias necessárias para que possa ser considerada própria ao consumo humano, pois retirava-a de córregos e rios próximos das lavouras. Em alguns desses lugares, havia indícios de contaminação das águas por agrotóxicos utilizados nos canaviais (Pietrafesa, 1995).

O processo de modernização está sendo implantado também em outras culturas. A mecanização, a utilização de sementes geneticamente melhoradas e as novas formas de gerenciamento da mão-de-obra estão presentes nas lavouras do tomate e algodão, só para citar outros dois

exemplos. Todo esse avanço tecnológico ampliou o volume do capital industrial e comercial na agricultura e diminuiu o tempo da rotação dos sistemas produtivos nas áreas que conseguiram implantar esse modelo. Entretanto, não alterou as relações de exploração entre os elementos constitutivos na cadeia produtiva, pois as propriedades que não conseguiram inserção no modelo permanecem na periferia das relações, recebendo auxílios secundários (crédito, tecnologia apropriada, políticas públicas), e ainda têm a qualidade de sua produção questionada pelo mercado comprador (Pietrafesa & Sauer, 1997, p. 35).

Retomando a questão da “qualidade de vida”, podem-se levantar duas ordens de questões. A primeira diz respeito à inserção dos agricultores familiares no modelo descrito anteriormente e, nesse caso, seria preciso analisar até que ponto ela ajudaria para uma melhor organização do trabalho familiar, o crescimento da renda e a ampliação de consumo e de serviços, possibilitando-lhes melhorar seu padrão de sobrevivência, pois a exigência de reinvestimento é constante, e muitas vezes a elevação da renda implica também elevação de gastos e manutenção do sistema de produção. A segunda implica a não-inserção no processo e, neste ponto, cria-se um momento de exclusão. Os produtos do agricultor são vistos como de qualidade inferior, custos muitos elevados e com pouca competitividade num mercado cada vez mais seletivo. Esse agrupamento tende a produzir para o autoconsumo.

Não só as monoculturas tradicionais (algodão, tomate, cana, milho, arroz) empresariais estão se beneficiando do uso de tecnologias. Outro grupo de agricultores buscou nas inovações mecânicas uma saída para aumentar a produtividade de suas terras, superando, assim, dificuldades naturais. A quantidade de pivots<sup>3</sup> vem crescendo rapidamente no estado de Goiás. A título de comparação, no início da década de 1990, os pivots existentes podiam ser contados sem muitas dificuldades, não ultrapassando duas dezenas. Já a partir de 1994 existiam aproximadamente setecentos pivots instalados e em funcionamento pelos quatro quadrantes do estado. Segundo dados do Conselho de Desenvolvimento Econômico, o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) financiou em torno de setenta projetos de irrigação em Goiás apenas em 1993. Destes, 49 eram projetos para a instalação de pivots centrais. O Estado, mediador nas relações sociais e produtivas, com essa política dirigida agiu como financiador e

incentivador de um modelo de desenvolvimento que beneficia os grandes produtores empresariais. Dentro da análise de Souza & Singer (1984), o Estado fez uma escolha que, se não gerou conflitos, ampliou o poder de dominação de um setor perante os outros. Por exemplo, os agricultores de economia familiar foram excluídos do processo de financiamento dos pivots, pois, além de não terem condições de oferecer as garantias bancárias determinadas, não dispunham de acompanhamento técnico que esse sistema de produção exige. Além desses argumentos, provavelmente o mais contundente seria a falta de recursos financeiros para a aquisição do material, que, alias, é muito alto, fugindo das possibilidades dos agricultores familiares.

A utilização dessa tecnologia tem aumentado significativamente a produção e a produtividade do milho e do feijão. Estas formavam, junto com o arroz, o tripé da lavoura de subsistência em Goiás, base da agricultura de economia familiar. Com a adoção da irrigação, as lavouras de feijão do estado têm alcançado as mais altas taxas de produtividade do país, ou seja mais de 2.340 kg/ha, contra os 1.215 do feijão de primeira safra e os 743 da segunda safra.<sup>4</sup> Essa alta produtividade, associada aos incentivos governamentais, pressiona os preços para baixo, pois reduz sensivelmente o custo final da produção. Os agricultores familiares, carentes de recursos financeiros e tecnologia (uma grande parcela deles não conta com energia elétrica), não conseguem competir, inviabilizando a sua produção e acentuando a transição, desse setor, para a pecuária leiteira, pois o rendimento de suas lavouras não ultrapassa o limite do autoconsumo. Ou, ainda, levando um grande número de agricultores a vender suas áreas, engrossando o contingente de trabalhadores sem terra nas cidades de médio e grande porte.

As últimas administrações do estado de Goiás têm investido na eletrificação rural. Esses investimentos, no entanto, não atingem o conjunto dos agricultores familiares. Segundo dados de pesquisa realizada pelo Ifas/CPT/UFG, apenas 26% dos agricultores familiares entrevistados em Formosa e 38% em Porangatu possuíam energia elétrica em suas residências. Os demais municípios pesquisados, Orizona, Rio Verde e Itapuranga, apresentaram índices em torno de 60% (Ifas, 1995, p.12). Esses últimos, localizados em áreas com maior grau de desenvolvimento e com um entorno socioeconômico mais consolidado.

Esse processo de modernização e/ou implantação de tecnologias, auxiliares ao sistema de produção, chegou aos vários locais em um ritmo de desenvolvimento desigual, no tempo, na intensidade e na localidade. E, mais que isso, criou situações que lançaram muitos agricultores em busca de um mercado mais amplo, forçando a aceleração de seu ritmo de trabalho, que, por sua vez, redimensionou a divisão do trabalho familiar. Somando-se ao processo de transformação ocorrido nos insumos químico-biológicos, muitas famílias de agricultores se viram num grande dilema por não poderem se inserir nesse “novo” padrão produtivo.

Eliseu Alves, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em seu trabalho “Tecnologia e Emprego”, observou que “uma saída de transição para os pequenos produtores está em atividades complementares como turismo, agroindústria caseira e mesmo emprego em tempo parcial nas cidades ou em fazendas maiores” (Alves, 1997). Alves analisou os reflexos do uso de tecnologia na agricultura e seus resultados no campo do emprego. Para ele, a introdução de instrumentos mecânicos ajudou a eliminar postos de trabalho dos assalariados, mas o uso da bioquímica gerou duas ordens de questões: 1. ajudou a criar empregos nas indústrias químicas e suas derivadas; 2. pôde eliminar produtores rurais que não tiveram acesso a essa tecnologia e ficaram de fora do mercado, cada vez mais exigente quanto à qualidade e rapidez dos produtos. Esse processo provocou uma redução no número de estabelecimentos agrícolas de pequeno porte.

Por fim, a utilização de tecnologias (sejam elas gerenciais, mecânicas ou bioquímicas) tanto pode levar o agricultor a inserir-se num mercado de “qualidade” e competitivo, como eliminá-lo. A questão da redivisão do trabalho familiar a partir da introdução de novas técnicas produtivas pode ser vista num movimento de mão dupla: ora possibilita aumentar renda e melhorar as condições de trabalho e de consumo; ora exclui as pessoas do processo produtivo. Nesse aspecto, a “qualidade de vida” do agricultor, vista a partir dessa situação, sofre oscilações, pois tanto pode incluí-lo num mercado competitivo e dar-lhe possibilidades de adquirir bens e serviços, de melhorar as condições de sua moradia e até de abrir novos tipos de trabalhos para seus membros, como pode exigir cada vez mais investimento, sugando-lhes a parte da sua renda que sofreu elevação.

Além disso, esse modelo de modernização cria outro “problema”: fragmenta as atividades do setor, que, no limite, criam vários outros atores sociais. Por exemplo, o trabalhador urbano/rural, que encontra no hortifrutigranjeiro, no piscicultor de “ocasião”, duas de suas expressões. Todos eles, “antigos” agricultores familiares, estabelecem relações diferenciadas entre si, com o seu sistema de produção e com o mercado. Nesse aspecto, exigem-se novas categorizações analíticas ou, pelo menos, impõe-se o fato de que as categorias tradicionais não respondem às várias representações existentes no meio rural.

#### Abstract

This article reflects about three particular aspects of the family farm question in Brazil and in the State of Goiás. Firstly, several theoretical conceptions about the Family Farmer concept and his/her social relations are put forward, stressing the transformation of this concept. The epistemological discussion is perceived as being closely linked to the historical aspects of that activity.

The social actor is the same: peasant, small producer or family farmer are those who carry out agricultural and cattle-raising related activities relying on family labour.

The second aspect discussed refers to the Quality of Life in the country side and to what this concept, very fashionable in urban areas, has to do with the real life of this social actor.

In a third moment it is made a reflection about the influence of the use of science and technology in the rural world for achieving a differential pattern or “Quality of Life” in family farm sector.

Key words: family farm; quality of life; science and agricultural technology; rural sociology

#### Notas

1. Esses critérios têm sido usados tanto pelos movimentos sociais como por órgãos do governo federal, especialmente os Ministérios da Agricultura e do Trabalho. Eles ajudaram a definir as políticas de crédito especial, dentro do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para geração de emprego e renda no meio rural. O Pronaf foi criado pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996 e também pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 102-95. Os dois têm classificação dos produtores para efeito de crédito muito parecida com a apresentada pelo movimento sindical. Há, porém, um item divergente. Para os órgãos governamentais, a contratação de até dois trabalhadores permanentes é permitida como enquadramento para efeito de crédito.

2. Vinhoto é o subproduto líquido que se extrai da cana-de-açúcar no processo de fermentação para a produção de álcool. Quando lançado diretamente em córregos, rios e nascentes de água, seu poder poluente é muito grande, porém, quando ele é colocado em reservatórios e recebe um tratamento apropriado, é transformado em um bom fertilizante, que pode ajudar no crescimento de novas lavouras de cana.
3. Pivots são equipamentos que servem para levar água às lavouras. Podem ser encontrados vários tipos: alguns exigem motores fixados próximos a córregos e rios que bombeiam a água para as plantações, através de suportes elevados por cavaletes com roldanas. Geralmente, esse processo é utilizado por produtor capitalizado, pois exige alto investimento financeiro. A irrigação também pode ser feita com mangueiras com pequenos furos espalhadas em linhas, geralmente utilizadas para atividades hortaliças. Há ainda sistemas de irrigação através de bombeamento de água para um lugar com nível mais alto do que as plantações, distribuindo a água em canaletas feitas no meio da lavoura.
4. O Popular, 28/07/96.

#### Referências

ALVES, Eliseu. Tecnologia e emprego. Revista de Política Agrícola, ano VI, n. 1, jan/mar 1997.

ALVES, Francisco José da Costa. Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto-SP. 1991. Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas, Campinas (SP).

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao mundo do trabalho: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

BERGAMASCO, Sônia M.P.P. Família e Trabalho rural no Brasil e no Estado de São Paulo. Informações Econômicas, v. 23 (Supl. 01/93), p. 7-16, Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, 1993.

GARCIA JR, Afrânio Raul. Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

HERCULANO, Selene C. A qualidade de vida e seus indicadores. Revista Ambiente e Sociedade, ano I, n. 2, 1998, Campinas.

IANNI, Octavio. Origens agrárias do Estado brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1984.

IFAS - Instituto de Formação e Assessoria Sindical. Possibilidade econômica da pequena produção em Goiás: sua história e estratégia de viabilização. CPT/UFG, 1995. (Mimeo.)

LAMARCHE, Hugues (coord.). A agricultura familiar. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

MATOSO, Jorge. O Brasil desempregado. São Paulo: Fundação Perceus Abramo, 1999.

ONU – IDH. Folha de São Paulo - 11.06.1999 (Caderno Especial).

PIETRAFESA, José Paulo. Organização do trabalho em indústria canavieira: o caso de Goianésia. 1995. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

PIETRAFESA, José Paulo; SAUER, Sérgio. Projeto alternativo de desenvolvimento rural, região Centro-Oeste. CUT-Contag, jun. 1997. (Relatório de pesquisa)

POCHMANN, Márcio. O trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Contexto, 1999.

SILVA, José Graziano da. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase), Equipe Capanema, mar. 1989. (Mimeo.)

\_\_\_\_\_. Tecnologia e agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.

SINATORA, A. et. alli. Política agrária. Revista Tempo de Pensar, Mercado Aberto/Fundação Wilson Pinheiro, Porto Alegre-RS, 1985.

SIQUEIRA, Deis; PORTO, Maria S. Grossi (Orgs.). Politizando a tecnologia no campo brasileiro: dimensões e olhares. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

SHIKI, Shigeo; SILVA, José Graziano da; ORTEGA, Antônio César (Orgs.) et alli. Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro. Uberlândia (MG) / Campinas (SP): Embrapa, Unicamp e UFU, 1997.

SOUZA, Ivan Sérgio F.; SINGER, Edward G. Tecnologia e pesquisa agropecuária: considerações preliminares sobre a geração de tecnologia. In: Caderno de Difusão Tecnológica, Brasília, 1 (1), p. 1-25, jan/abril de 1984.

VEIGA, José Eli da. O desenvolvimento agrícola. Uma visão histórica. São Paulo: Ed. USP-Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. Delimitando a agricultura familiar. Rio de Janeiro, 1995. (Mimeo.)

VIEIRA, Adriane. A qualidade de vida no trabalho e o controle da qualidade total. Florianópolis: Editora Insular, 1996.



---

Documento – Entrevista



||  
—

||  
—

—  
||

—  
||

JOSÉ FERNANDES SOBRINHO:  
GÊNERO DE VIDA, AGRICULTURA E  
LATIFÚNDIO EM GOIÁS – UM DEPOIMENTO\*

Edgard Carone\*\*

▫ José, o senhor me disse que nasceu no campo e que durante os primeiros anos de sua vida trabalhou como fazia o caipira, isto é, o antigo trabalhador rural do meu estado, São Paulo. Onde que o senhor nasceu? Em que ano?

Nasci em 1927, no povoado de Traíras, município de Niquelândia, estado de Goiás.

▫ Quantos irmãos o senhor tinha?

Doze. Como todo camponês, a família é grande. Meu pai foi um homem participante das lutas sociais daquele tempo. Ele, que nasceu em 1870, também em Niquelândia, primeiramente, quanto jovem, foi abolicionista. Trabalhava com um abolicionista tradicional de Goiás (Félix Bulhões), irmão de um dos oligarcas de Goiás, que foi José Leopoldo de Bulhões Jardim, que foi um parlamentar. O irmão de José Leopoldo era

\* O depoimento de José Fernandes Sobrinho foi feito em duas etapas, durante a minha estadia em Goiânia, respectivamente nos dias 26 e 29 de novembro de 1970.

Um puro acaso me fez conhecê-lo: levado por Roberto Pimentel, entrei em contato com ele, Talwer de Carvalho Mendes, Carmo Bernardes, Bernardo Elis e outros. Em pouco tempo mantivemos uma relação rica e agradável, que frutificou, em parte, no depoimento que transcrevemos.

O que nos chamou a atenção na pessoa de José Fernandes Sobrinho foi a acuidade e a capacidade de analisar a sua vivência, que consegue retratar com fidelidade e senso crítico. Ainda mais, ele reconstrói, na sua essência, todo um modo de vida, um comportamento familiar e de relações de trabalho dominantes em Goiás até o fim da década de 1950, momento em que se deu o avanço de novas formas capitalistas no campo.

\*\* Transcrito da Revista Ciência e Cultura, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência 34(8): agosto/1982, p.983-994. Nesta transcrição mantivemos as oralidades, as formas ortográficas e as estruturas narrativas da edição original.

o avesso. Meu pai pertenceu a um tipo de clube abolicionista que existia em Goiás, chamado Clube Félix de Bulhões. E como co-participante ele lutou pela liberdade dos escravos.

▫ Seu pai era proprietário?

Ele foi filho de um grande proprietário. Mas ele não ficou com as terras que ele herdara do meu avô. Naquele tempo, por suas idéias libertárias, ele preferiu ficar com os escravos e meus tios com as terras. E libertou os escravos no batizado de meu irmão mais velho, o Rodolfo, que nasceu no ano da Abolição.

Meu pai chamava-se Olívio Francisco de Oliveira, nasceu em São José de Tocantins, hoje Niquelândia, no ano de 1870, casou-se com minha mãe, Sebastiana Fernandes de Carvalho, também natural de Niquelândia. Meu pai era filho de um coronel da Guarda nacional, Gaspar Fernandes de Carvalho.

Minha mãe, não recorro o ano de seu nascimento, vagamente me lembro da data do mês, 26 de setembro. O casamento realizou-se no ano de 1896. No dia 17 de abril, lembro desta data porque minha mãe fazia um bolo e melhorava a bóia para festejar; o fato importante que quero contar, que foi o dia do batizado do meu irmão Rodolfo, que veio ao mundo em 1897, no dia 6 de fevereiro, e, neste mesmo mês e ano, o meu pai rasgou e perdoou as dívidas dos contratos de ajuste que tinha com os ex-escravos que ele herdara por testamento da fazenda do meu avô.

Em Goiás, depois do dia 13 de maio de 1888, os raros fazendeiros que possuíam escravos convidaram os negros para irem com os senhores às delegacias de cada município e depois de confessarem uma dívida assinavam um Contrato de Ajuste com direitos de transferência, doação ou venda do mesmo contrato. Os senhores de escravos deram um nome ao contrato de Lei do Ajuste.

No testamento de doação de meu avô, segundo meu irmão Rodolfo, meu pai recebeu, como dote de casamento, 300 alqueires de terra, 200 reses e cavalos para custeio e um contrato de ajuste de 10 negros. Esta doação testamentária era da Fazenda Vão do Caetano, de propriedade de meu avô paterno, cuja fazenda ele vendeu de porteira fechada para meu tio Francisco e mudou-se para o município de São José do Tocantins, hoje Niquelândia. Do inventário da Fazenda Santana do Machambombo, meu pai não recebeu nenhuma herança, isso aconteceu porque minha

mãe havia tomado do meu avô, por diversas vezes, dinheiro emprestado e assinado documentos que naquele tempo denominavam clareza. Estes documentos entraram no inventário como pagamento das dívidas de minha mãe.

O meu pai era um espírito liberal. Inimigo do meu avô, que o chamava de pródigo e maluco. Em compensação, adorava minha mãe pelo espírito de tolerância e não comentar e nem criticar o sistema de meu pai. A fim de registrar um fato para a história, a Lei do Ajuste só caiu em Goiás depois da Revolução de 1930. O fato nasceu do seguinte modo: com a queda dos Caiado, os homens da Revolução de 30 foram ao poder e Pedro Ludovico foi nomeado presidente do estado. Convidou Domingos Velasco, que tinha idéias socialistas, para seu chefe de polícia e baixou uma portaria proibindo os delegados de fazer este odioso instrumento de opressão que é o contrato de ajuste.

▫ Depois, o que seu pai fez?

Meu pai mudou-se para um lugar denominado Santana do Machambombo, que hoje é a cidade de Uruaçu. Veio residir numa fazenda. O meu avô era um líder dos Bulhões no norte de Goiás, e perdeu a política. Era líder junto com o coronel Wolney. Quando os Bulhões caíram em Goiás, ele se mudou e comprou oito mil alqueires de terra na Fazenda Santana do Machambombo. E aí ele fundou (era um patriarca por nome Gaspar Fernandes de Carvalho) uma cidade para ele mandar. E se retirou com a família toda de Niquelândia e veio para o sertão. E meu pai acompanhou.

▫ Em que ano fez isso?

Em 1910, mais ou menos.

▫ Os Bulhões perderam para os Caiado?

Sim. Então meu pai veio e minha mãe era uma professora primária. Meu avô fez com que ela abrisse uma escola em Santana de Machambombo. Ela foi a primeira professora de nossa cidade. Ela abriu a escola e meu pai foi trabalhar num sítio da fazenda, que era muito grande. Meu avô tirou um pedaço para cada filho. Ele tinha seis filhos. Ele tirou para meu tio Chico um sítio de mil alqueires goianos<sup>1</sup> e meu pai foi ser sitiante de meu tio, que era irmão dele. Eu fui criado nesse sítio.

Meu pai narrava que aqui em Goiás – e o padre Palacin<sup>2</sup> está aí para ser consultado – a Proclamação da República foi em 1889, e até 1895 nós vivíamos aqui sob Império, ainda era a oligarquia dos Fleury. Porque aqui governaram três oligarquias. A primeira, os Fleury-Curado, depois, a dos Bulhões Jardim e depois os Caiado. Essas eram as oligarquias regionais. E a minha família era oligarca regional. No norte tinham os Aires; no Sul, os Borges; no Sudoeste, os Carvalhos, em Jataí; aqui, os Saturninos. Meu pai fazia parte de uma oligarquia. Mas ele não se afinava com isso. Porque ele lia muito. Ele aprendeu a ler, lia e pensava. A educação de meu pai foi um pouco diferente. Meu avô achava meu pai muito inteligente. Então mandou ele para São João del Rey para formar para padre. E quando meu avô ficou doente, ele veio visitar meu avô e não voltou mais. Mas no seminário recebeu uma instrução de ler muito.

▫ Então seu pai era uma pessoa que destoava de seus irmãos?

É. Meu pai voltou e foi trabalhar para o irmão Francisco Fernandes de Carvalho, num sítio. Meu tio tirou umas vacas e deu para meu pai tomar conta, fazer roça e poder criar os filhos. Meu pai ficava durante a semana toda trabalhando na roça. Durante os domingos ia para o pequeno povoado onde meu avô era o patriarca. A minha mãe era professora ali. Durante a semana meu pai trabalhava de vaqueiro e lavrador sem terra no sítio de meu tio. Meu tio pagava meu pai assim: de quatro bezerros nascidos, um era de meu pai. Como agricultor ele pagava a meu tio 20%. Meu tio cobrava 30% de todo mundo, mas de meu pai era 20%. Para vender os produtos a gente usava o carro de bois. O meu avô tinha muitos carros de bois, muito burro. Tinha uns oitenta a cem burros e dez carros de bois. Cada carro de bois tinha 10 bois (cinco juntas). Cada carro de bois de uma cor. Carros de bois pintados, baio, azulege, malhado. Ele tinha dez carros, cada carro e a sua boiada, cada boiada a cor dos bois. E cada boi tinha nome. Era Rochedo, Alvorada, Catete, Brioso.

▫ Dava para seu pai viver bem?

Não. Meu pai não viveu uma vida muito boa, não. Ele também tinha o seu temperamento irrequieto. Logo ele brigou com o pai dele. Porque meu avô considerava os netos como filhos. E ele batia nos netos. E meu pai era homem avesso à violência. Não gostava que batia nos filhos dele. O meu irmão Rodolfo era um menino irrequieto. E em Goiás

tem muito débil mental bobo, no interior. E meu avô tinha uma porção de bobo que trabalhava para ele. E tinha um bobo por nome Quincas, que tinha um papo enorme. E meu irmão gostava de bater no papo dele. E quando o Quincas recebia uma pancadinha no papo, ele ficava com uma raiva danada. O Rodolfo e eu estávamos descascando milho para dar aos porcos e aí o Rodolfo jogou um bago de milho no papo do Quincas. E o Quincas saiu correndo atrás do Rodolfo. E meu avô viu isso e deu umas palmadas no Rodolfo. E quando meu pai chegou da roça, o Rodolfo contou que o avô tinha batido. E aí meu pai ficou com uma raiva enorme e disse ao pai dele que ia embora de lá. Meu avô disse: "Você não pode ir embora daqui. A sua mulher, Astênia, é a única professora daqui". Meu pai disse que não ficava mais porque não permitia que meu avô se metesse na educação dos filhos, conforme compromisso firmado antes. E retirou-se de lá, voltando, novamente, para Niquelândia, onde foi trabalhar numa fazenda chamada Criminoso. O nome do proprietário não me lembro. Depois, em 1933, meu avô já havia falecido. E então, meu tio Chico, que era muito amigo de meu pai, visitou o meu pai. Meu pai vivia mal. Trabalhador de arrendatário, morando em rancho de capim. A minha mãe tinha escrito uma carta para meu tio, sem meu pai saber, contando para o meu tio a situação em que a gente vivia, de fome e de miséria. Meu tio, que era um homem muito bom, apareceu um dia lá com uma tropa enorme e disse: "Ô Olívio, eu vim buscar você. Mas desta vez eu quero te dar umas terras para você morar, suas. Meu pai morreu, recebi a minha parte, não teve herança nenhuma, porque você opinou por ter os escravos. E você ficou no mundo da lua". E meu pai voltou para o mesmo sítio, onde papai morou de 1910 a 1914. Falou: "Isso aqui, você fica morando aí". Mas não deu escritura do sítio. Daí a um ano, ele falou: "Olívio, você vai bem aí?" E papai: "Ótimo, eu estou trabalhando na roça, comigo." – "Então, vamos fazer um contrato de arrendamento." Meu pai aceitou, e minha mãe havia sido nomeada professora pública, porque Uruaçu já tinha virado povoado, já era uma vila que obedecia à cidade de Pilar de Goiás. Minha mãe tinha sido nomeada professora, que meus tios mandavam no lugar. Isto foi lá pro ano de 1933, eu era garoto. Meu pai estava contente, assinou novo contrato de arrendamento com meu tio, e recebeu umas vacas para ele olhar e nós tomar leite. Uruaçu é a antiga Santana de Machambombo. Nesta cidade eu cresci, minha

mãe ali me ensinou a ler. Eu trabalhava na enxada, no cabo do pereira. Eu sei fazer cerca, eu sei plantar arroz, eu sei plantar feijão, eu sei plantar milho, eu sei fazer cangalha, eu sei fazer buraca, lidar com gado. A buraca é uma mala de couro de boi; a gente chama buraca aqui, mas o nome certo é bruaca. Eu acredito que o lugar tem este nome de Machambombo porque Goiás foi descoberto, oficialmente, pelo Anhangüera: mas antes entrou diversas pessoas do norte, vindos de Belém e de São Paulo e da Bahia; então teve um sertanista, por nome Antônio Francisco Machambombo, talvez seja espanhol, e ele veio ter num córrego, e registrou em nome de um filho dele este feudo que meu avô comprou. E na escritura já vem este nome.

▫ Como era a jornada de trabalho?

A gente tinha uma mania em Goiás: a gente chegava antes do sol nascer, e meu pai dizia: “Meu filho, você tem obrigação de trabalhar e olhar pra mão. Quando não enxergar mais o risco da mão, aí então vocês podem ir embora.” Trabalhava de sol a sol. Pra ir pra roça, a minha mãe geralmente fazia farinha fresca, uma comida feita de farinha. A gente molha a farinha, e depois mistura ela, um pouco molhada, fresca, e corta um pouco de cebola; depois estala dois ovos e mete aquela farinha na gordura, no meio dos dois ovos estalados: machuca bem os ovos, depois mexe a farinha. A gente tirava o jejum com farinha fresca. Ou então, na época, de manhã, a gente comia essa farinha fresca com abóbora cozida ou mandioca, ou jerimum. O jerimum é mais gostoso do que a abóbora e a mandioca. Quando era tempo de leite, no mês de novembro, que as vacas começavam a parir, então a gente comia coalhada escorrida que minha mãe fazia. Botava um pote grande pra coalhar, depois escorria a coalhada toda tirando o soro, ela ficava enxutinha. Aí a gente punha num prato com açúcar e comia. E ia pra roça. Pra beber, não se bebia nada. Só tomava café e não se bebia, só café na hora de sair. Quando chegava ali pelas onze horas, mais ou menos, as minhas irmãs traziam as gamelas cheias de comida que minha mãe fazia. A gente ia no rancho, punha as gamelas no jirau, levava os pratos e comia; descansava um pouco até a comida assentar no estômago, voltava ao trabalho e ia jantar em casa. A gente almoçava dez, dez e meia, a gente não tem muita noção do tempo na roça. O almoço era: arroz cozido, feijão cozido, mandioca frita ou cozida, abóbora cozida e quando matava uma matutagem... Goiano não

é criado comendo carne. Foi o nordestino que ensinou nós a comer carne. De vez em quando meu tio falava assim: "Olívio, tira uma vaca velha e mata". Àquilo dá-se o nome de matutagem. Quando se matava uma matutagem, a gente comia a carne fresca e secava o resto, e mamãe fazia junto com fava ou feijão, punha a carne cortada dentro da fava, do feijão ou do arroz, ou então cozinhava com mandioca. Mas isso, uma vez ou outra. Aí só na hora do jantar é que comia. Era um prazo longo. Quando tinha mandioca, quando ela estava enxuta, em estio, a gente fazia uma coivara e punha umas mandiocas pra assar. Mês de novembro, dezembro, ela não estava enxuta, estava suada. Mas isto não era comum. Às oito horas a gente jantava.

▫ Qual era a fertilidade do solo? Eram boas as terras, quantos anos plantavam no mesmo terreno?

A gente fazia uma roça, cercava. No outro ano a roça se transformava em capoeira. A gente roçava a capoeira e ciscava, amontoava o cisco e tocava fogo. Ela começava espraguejar. Então era menos praga que no segundo ano. Depois, no segundo ano, já tinha mais praga. No terceiro ano, mais praga. No quarto ano, tinha a tal de bordoeira, que crescia. É um verde terrível. Até seis anos a gente agüentava, depois a gente abandonava a roça. A gente não fazia pasto, porque o gado em Goiás, naquele tempo, era criado solto. Então, a gente fazia a roça cercada contra o boi e o porco, que também era criado solto. Muitas manadas de boi viravam brabezas. Quando a gente sabia do logrador, localizava o logrador, descobria o boi, e quando ele vinha banhar, a gente atirava nele e matava, com espingarda. Era uma verdadeira caça. Quando o gado aumentava muito, como era o caso do sítio do Benfica, que aumentou muito, e meu tio nunca cercou, como até hoje não está cercada... As porcas, também, pariam no mato, então os leitões cresciam e aquilo que aproveitava, bem; o que não aproveitava, o bicho comia, ou virava brabeza também. Então Goiás tem muitos buritizais imensos, então o porco ia pra lá, ele come o buriti e é um grande depredador, o porco come buriti, entra na roça... Então a gente cercava contra o porco também, porque existia brabeza de porco. Quando a gente precisava comer um porco, a gente também ia, matava, criava cachorro e matava o porco, e comia.

Até 1950, Goiás era uma vastidão enorme, então não existia técnica especial para o trabalho no campo. Era ainda um sistema, e é ainda, em

grande parte hoje, um sistema rudimentar, era o machado bem rasado, para derrubar os paus enormes, madeiras seculares, a gente media, por exemplo, seis machadeiros em volta de um pau, e começava a cantar: “É pau, é pau, é queda, é queda”, e o machado comendo, dos seis lados, até o pau cair. Então depois de derrubar, então vinha a picada, a gente desganhava toda aquela mata virgem, para amontoar. A derrubada era feita de abril a junho, a gente fazia as grandes derrubadas. Quando chegava em agosto, justamente no dia 24 de agosto, que é dia de São Bartolomeu, dia de queimar (talvez esta tradição venha da grande queima da Inquisição), de tocar fogo nas derrubadas. Acerava<sup>3</sup> em redor, pra não queimar os pastos, e queimava as derrubadas. Aí tava tudo queimado, e as lavouras com muitos tocos, que a queimada não queimava tudo. Então a gente picava as toras. A minha região é de agricultura, então a gente fazia a cerca, contra porco e boi. A cerca contra porco é uns paus assim deitados no chão, até ficar uma altura que o porco não salta; aí a gente arrumava mais uns paus, fazia maior, punha de um lado e do outro, até a altura que o boi não salta. Depois a gente ciscava toda aquela terra, juntava as folhas, fazia as coivaras, e tocava fogo nas coivaras. Quando chegava novembro, a terra estava pronta para receber o primeiro plantio; a gente planta milho em Goiás entre outubro e novembro; até o dia 4 de novembro ainda se pode plantar o milho, depois se planta o arroz. Deixa uma beira para se plantar arroz, porque todo arroz goiano é sequeiro. Até hoje o arroz goiano é famoso porque é de sequeiro. A gente plantava milho em outubro, o arroz em novembro, e aí vinha o preparo da terra para o feijão. O feijão é uma planta agregada, a gente não faz uma roça pra plantar feijão, é agregada do milho; a gente destocava o chão, deixava em limpinho, e aí plantava o feijão dentro do milho. O feijão enrola no milho. A gente plantava o feijão em fevereiro. Eu fui uma pessoa, por exemplo, que não sei o que é Natal, porque em dezembro é época das limpas da roça, é a época mais difícil do lavrador. O arroz colhido do ano anterior já tinha quase acabado, porque a gente tinha tirado a semente. Tem um ditado na roça em Goiás, hoje ainda, que diz: “Nem que de fome serre os dentes, mas não venda as sementes”. Quando a gente colhia o arroz, que pagava o arrendo, a gente separava tantos sacos pra plantar em novembro. Esse aí não tinha condições da gente vender. Natal é uma festa de cidade. É uma festa de comerciante. Eu pelo menos nunca

conheci o que se chama de Papai Noel. Cresci, com vinte anos quase que eu vim saber que existia este velhinho simpático, bom, por nome Papai Noel, porque justamente em dezembro é a época mais dura, porque acabou o arroz, se plantou a semente; o milho já acabou também no paiol, as galinhas que a gente cria já estão cuidando da vida delas, catando grilo pelos campos, e a gente passa uma vida miserável, e limpando roça, porque nasce todo aquele mato com as chuvas, no milho, no arroz. Então um dia como qualquer outro dia, com muita chuva, com muita fome, era o Natal, triste para o lavrador. A gente vestia a carocha, uma proteção contra a chuva feita com o talo do buriti, um coqueiro. A gente destala e trança uma carocha e veste, e vai para a roça. Aquilo é quente. Quando a gente quer dormir, vai para o rancho, abre a carocha – por dentro ela está sequinha, e a gente deita, e no outro dia volta de novo ao trabalho. Então dezembro é esta época dura. Talvez a Igreja Católica – que padre são gente muito sabida, muito ladina – nunca faz festa aqui em Goiás em dezembro. Aqui em Goiás as festas são realizadas até hoje entre abril e outubro, no tempo da seca, em que o lavrador tem milho, tem arroz, pra dar de presente.

A colheita de roça em Goiás começa em abril. É a grande colheita. A gente começa com o arroz, que dá de quatro a cinco meses. O arroz plantado em novembro dá em abril, em abril começa a amarelar. A gente faz uma espécie de mutirão, porque o arroz amadurece e se não colher logo, ele cai: “tal dia, mutirão na casa do compadre Olívio” (que era meu pai). Juntava vinte, trinta pessoas e iam pra lá, recolham quase tudo num dia, batia. A gente cortava o arroz com facão amolado. Depois fazia-se o jirau. Então a gente trazia aqueles feixes de arroz, um grupo ia cortando, outro grupo ia trazendo e amontoando ali, e três batedores iam batendo no jirau, no malhador. A hora que virava um monte muito grande, então a gente espalhava para secar. O milho tinha mais tempo para colher. Primeiro, a gente secava. Quando ele começava a ficar maduro a gente dobrava o milho (quebrava a espiga de milho no próprio pé); o milho dobrado agüenta. Agora, o duro da agricultura aqui em Goiás é o feijão. O feijão é plantado em dois meses muito ruins, plantado e colhido. É plantado em fevereiro, dentro do milho. É uma época que dá um mosquito aqui em Goiás chamado remela-de-anta, ou mosquito-frecheiro, que ataca nos olhos das pessoas. Em fevereiro, na roça, é uma quantidade enorme

deste mosquito, vem de todo lugar, taca no olho da gente, faz a gente espirrar. E a colheita do feijão é em junho, a época da ranca. A gente arranca o feijão em junho, e embandeira. Depois a gente faz um terreiro, em agosto, e bate com a vara para poder ele sair da fava. Então: na época de plantar é ruim, porque tem mosquito: e para colher é em junho, na época que o frio em Goiás aperta muito; a gente acorda pela madrugada, no meio da noite, no frio, pra ir pra roça arrancar o feijão pra ele não estralar. E na época de bater é em agosto, na época que o sol tá mais quente. Para comercializar também é uma planta mártir: quando dá muito, ninguém quer, porque ele pega o caruncho, e quando dá pouco fica caro, e a gente não tem pra vender.

▫ Era grande o rendimento da lavoura?

O rendimento era pequeno, porque o trabalho era feito através de enxada, um trabalho antigo, através de enxada, machado e foice. Então, quem tinha dois alqueires de roça era considerado grande lavrador. O que é muito pouco. Meu pai, por exemplo, que tinha muitos filhos que trabalhavam, ele fazia sempre um alqueire, às vezes diziam: “O Olívio este ano vai colher muito, porque ele tem alqueire e meio derrubado”. Meu pai era tido como um homem que produzia muito. Era dividida a roça: num alqueire, por exemplo, escolhia uma quarta, plantava arroz; o rendimento do arroz era cinco sacos por medida. Cada medida são dois litros. Cinco, seis sacos por medida. Uma quarta de roça são vinte medidas. Cada medida são dois litros. Uma quarta são vinte litros. Então se plantava, por exemplo, uma quarta, que são vinte litros. Um alqueire são quatro quartas. Cada quarta são vinte litros. Um alqueire<sup>4</sup> tem oitenta litros. Uma medida são dois litros. Então organizava uma gamelinha com uma medida. Punha dois litros dentro de uma gamelinha, enchia, então era uma medida. Para plantar uma quarta, eram vinte litros de arroz. O rendimento era cinco alqueires por litro. Então uma quarta dava cem alqueires. Um saco são cinco quartas de arroz, pesa 62 kg.

Para plantar o arroz, primeiramente se preparava a terra, bem limpinha, que o arroz é uma agricultura de muito cuidado, precisava ser terra de baixio, terra úmida, apesar do arroz goiano toda vida ser arroz de sequeiro, arroz plantado na região mais seca, mas precisava de muita umidade. Depois de preparada a terra, vinha o coveamento, se fazia as covinhas para plantar o arroz; se fazia as covinhas com um toco de

enxada, uma enxada pequena, ou uma foice quebrada na ponta. Vinha o encovador à frente, furando os buraquinhos, de terra: tec, tec, tec. E, atrás, as crianças, mulheres, quem podia, com um embornal de lado com as sementes dentro, e ia botando cinco grãos em cada cova e cobrindo com os pés. Mas tem um passarinho, por nome pássaro-preto, que sabia cavar aquilo; então, depois vinha o espantalho: a gente colocava o espantalho, para assustar o passarinho, botava criança pra ficar vigiando, jogando pedra, até o arroz crescer.

Para a secagem, a gente comprava um algodãozinho, um americano (algodão aqui se chama americano); a gente comprava quatro ou cinco peças do americano infestado, quer dizer, de duas larguras, e fazia uma espécie de tolda, ou então se limpava o terreiro da casa bem límpido, aí abanava o arroz com quibano. "Quibano", em Minas, chama "pá", é uma peneira tampadinha, a gente põe o arroz e abanava ele, soprava e o vento ia levando as palhas. O Nordeste ensinou o goiano a trabalhar de maneira mais racional: fazia um terreiro enorme, e a gente ficava em cima de uma cadeira alta, de um jirau, ia jogando, e o vento ia soprando, o arroz pesado caía embaixo e a palha voava. Num dia secava tudo.

Depois era o armazenamento, que era na tulha. A gente fazia uma tulha, uma tuia, como se falava, enorme. Lá no Benfica, na fazenda de meu pai, tinha duas tuias grandes. O milho, a gente empilhava, uma pilha bem bonita, ficava aquela parede linda. Escolhia as espigas maiores e fazia o atio, que são quatro espigas, e pendurava na fumaça,<sup>5</sup> para poder plantar. A gente emendava uma espiga na outra, pra plantar essas sementes. Não se pode comer essas, é semente. O restante, a gente fazia as pilhas no paiol. O paiol era alto, forrado com pau, e embaixo fazia o chiqueiro, porque a gente atirava o milho de lá e jogava pros porcos. Debulhava com a mão ou com uma maquinazinha de debulhar, que depois veio, como depois veio o moinho de moer café, veio a máquina de debulhar milho. Mas antigamente era tudo no pilão.

▫ Não havia sobra de produção? E, nesse caso, como era feita a sua comercialização?

A gente comia e vendia tudo isso. Aí vinha a época do meu avô, depois meu tio, vir a Anápolis. Primeiro era Corumbá, depois chegou a estrada de ferro em Anápolis, então ficou mais fácil. Em 1913 a estrada

de ferro estava em Anápolis, estava chegando aí. Punha o arroz dentro do carro de boi, e mais as tropas de burro (aliás, o Carvalho Ramos descreve isto magistralmente em Tropas e boiadas); chegava em Anápolis, chegava em casa do coronel, que era o coronel Antônio de Pina, depois foi o coronel Aquiles, filho dele. A gente arranchava lá, tinha um rancho, não tinha pensão. Para o comerciante, tinha uma casa, por nome “rancharia”, a gente arranchava ali naquela casa, do coronel Aquiles. Ali vendia o produto pra ele, e comprava pano, machado, enxada, sal, café, querosene, enchia outra vez o carro e voltava. Era um mês, dois meses de viagem de carro de boi. As tropas chegavam primeiro, com as fazendas. As tropas traziam sempre fazenda e sal. Para a compra do gado, ia um boiadeiro lá. Era o pai de Salviano Monteiro que comprava gado na nossa região. Salviano Monteiro foi governador. Ele é que ia buscar. Ia o boiadeiro com muitos peões. E os peões eram estimados: chegavam numa fazenda, todas as moças ficavam impressionadas, por causa daqueles burros enormes, todo enfeitados, e tinha a burra madrinha, que carregava uns guizos que tocavam cada dia com um som, parecendo uma marimba, tinha guizos pequenos e maior, maior, maior. Os peões eram uma festa quando chegavam. Eu me lembro da fazenda de meu tio Artur, que era uma sede de peonagem, então quando Salviano chega lá com aquele mundo de peão... Tem um peão daquela época, um tal de Josafá, que ainda faz as Cavalhadas de Pirenópolis. Este homem está velho, é ainda forte, monta. Benedito Josafá é ele.

Os comerciantes de Anápolis, como o coronel Aquiles, eram todos grandes fazendeiros também. Fazendeiro e comerciante. O Joaquim Aires de Oliveira, que aparece no livro de Lena Castelo Branco,<sup>6</sup> era de Pilar de Goiás, e era um grande comerciante e um grande fazendeiro. Ele era da Fazenda Babilônia. Meu pai, que vendeu a fazenda, a parte que lhe coube, na Fazenda Vão do Caetano, mudou para São José do Tocantins. Aí ele quebrou, acabou, aí virou camponês sem terra, e nunca mais voltou à mesma situação.

▫ O Sr. ainda não falou do trabalho das mulheres.

As mulheres camponesas sempre foram grandes trabalhadoras. As minhas irmãs não trabalhavam porque conduziam ainda o orgulho da família. Meu pai não incomodava com isso, mas minha mãe, se falasse que a filha dela ia pra roça, ela perdia totalmente a compostura, e dava

uma esculhambada, não aceitava de maneira nenhuma. O que ela fazia concessão era levar só a comida da gente; na hora do almoço, as meninas levavam pra gente a comida na gamela. Assim mesmo, iam passando por um caminho onde não encontravam ninguém. Ela não agüentava levar a comida, e não tinha quem levasse, então o jeito era deixar. “Mas minha filha pegar no rabo do pau-pereira, não pega mesmo”, ela dizia. Em casa, elas fiavam, cada uma tinha uma roda de fiar, minha mãe e minhas irmãs sabiam fiar muito bem, sabiam tecer, sabiam fazer botão muito bem, sabiam colorir o tecido, que é uma forma de... Por exemplo, a gente queria uma roupa azul, verde, então minha mãe sabia fazer as tintas no mato. Tem uma tinta por nome urucum, e fazia uma tonalidade amarela; a tonalidade verde, era de um pau que até hoje tem muito; chama-se assa-peixe; tinha também o anil de quintal, uma planta, que, misturado com o assa-peixe, dava um azul bonito. Pra fazer isto, era da seguinte maneira: um pau, por nome maria-pobre, que dava na beira do mato, a gente cortava e fazia uma coivara; fazia um pespio com a madeira seca, e depois punha a maria-pobre. Fazia aquela coivara enorme, metia fogo. Quando a madeira verde queimava, fazia uma cinza grossa, trazia a cinza numa carga de burro para o quintal, aí punha numa chicaca e socava bem socado. Para fazer a decoada, minha mãe mandava buscar o massapê. Punha o massapê de infusão nos potes com água; aquilo, depois de 24 horas, ficava meio verde, e minha mãe ia despejando a água na decoada, e mexendo com a mão, e formava aquilo que se chama de lixívia. Quando começava a criar os gominhos, tirava os gominhos verdes, os gominhos azuis, dividia os gominhos e fazia a cor. Dos tecidos que minha mãe e minhas irmãs teciam, a gente fazia calça, camisa, só não fazia cueca porque era grosso demais. O algodão era plantado, era aquele algodão alto. Colhe ele muitos anos. Chama-se algodão-quebradinho.

As minhas irmãs casaram com quem quiseram, e muito bem. Casaram com primos, com pessoas que possuíam. As minhas primas não casou com quem queria, casou com quem o pai queria. Fazia a combinação entre os dois pais, e pronto. Nas festas de quermesse – que tinha nove dias de festas, com ladainha, aquela coisa toda – vinha o rapaz, encontrava com a moça na porta da igreja, durante o leilão, batia uma papinho, depois começava a ir na casa, aí vinha o pedido formal, e

casava. Minha mãe tinha uma pressa muito grande que as filhas casassem, e não queria que os filhos casassem. Era a tradição antigamente: as moças, ia logo ajeitando o casamento, pra ficar livre da carga; os rapazes, aí não, aí era pra ficar em casa pra trabalhar, cobrar a paternidade.

Domingo a gente ia fazer uma espécie de trança para chapéu. Outros iam pegar mel no mato, mel silvestre. Outros ficavam fazendo caroça, que é uma espécie de cobertura no inverno.

▫ Mas não havia outras formas de diversão, como a caça e a pesca?

A caça, a gente fazia armadilha na roça, durante a semana. A gente fazia, por exemplo, um mundéu, ou então um fosso, dois tipos de armadilha diferentes. A gente abria um lance de cerca, furava um buraco muito grande, deixava o lance aberto, onde tinha muito caititu, porco-queixada, tatu ou anta, capivara. Então eles ficavam loucos pra comer o milho ou o arroz. Quando entrava, caía; no fosso, a gente punha umas tábuas falsas e um pouco de terra pra disfarçar. Ele entrava ali, e quando caía no buraco, a gente chegava e matava. O mundéu era uma arapuca grande, de pau, que chamavam de pau-nobre. Primeiramente, fazia uma espera, isto é, todo dia botava uma quantidade de alimento ali, até o bicho viciar em comer aquilo lá. Aí, depois a gente fazia uma cerca comprida, e armava uma haste de madeira bastante grossa; quando o bicho chegava ali para comer, quando ele tiscava no alimento, desarmava, e aquilo desabava em cima dele. Quando a gente chegava, ele estava morto.

O Tocantins não era muito rico de pesca. O Araguaia, sim. A gente pescava, mas não era muito. A gente pegava muito bagre nos córregos, bagre, lambari. Mas o forte mesmo era a caça. Mas a gente não caçava muito, o trabalho não dava muito tempo de caçar. Domingo, às vezes, matava um frango. Comia ovos, também. Mas a caça não fazia o forte da minha região.

▫ Como eram as propriedades em Goiás? Explique mais sobre o funcionamento dos latifúndios e como seu pai perdeu o direito sobre as terras.

Meu pai era arrendatário de meu tio. As fazendas em Goiás eram grandes. Meu tio tinha mil alqueires de terra, mil alqueires goianos. Não

é coisa de se desprezar. Na região nossa, que é o centro-oeste de Goiás, as terras não são muitas boas, porque fica no espigão entre o Araguaia e o Tocantins. Os terrenos que margeiam o Tocantins são de boa qualidade; apesar de montanhosos, são de boa qualidade. E os terrenos que margeiam o Araguaia são mais arenosos, não são tão bons. Mas acontece que cada feudo, cada fazenda grande, possuía diversos córregos, então os diversos colonos – vamos falar de colono, voltando quase ao feudalismo – que moravam nas fazendas, moravam às margens dos córregos, porque cada córrego leva uma porção de mata do lado esquerdo e do lado direito, então os moradores de cada beira de córrego chamavam-se sitiante. Meu pai possuía uma quantidade maior, porque ele era irmão de meu tio. Então, além de meu pai ser um sitiante – o sítio chamava-se Benfica –, ele possuía uma área maior, porque abrangia dois córregos grandes: o Córrego do Leite e o Córrego Cinzento, e os dois córregos faziam um pontal do Rio Tocantins, e ali meu pai morava. De forma que ele teve terra pra cultivar bastante tempo. Ele criou 12 filhos lá. Ele morou na fazenda de meu tio desde 1933, quando meu tio voltou a Niquelândia para buscá-lo de volta; porque ele era inimigo do vovô, não gostava do vovô de maneira nenhuma. Quem gostava muito do vovô era minha mãe, e o vovô gostava dela, era um xodó. Mas meu pai nem falava, nem cumprimentava. Depois que vovô morreu – em 1933 – aí ele voltou, a pedido de meu tio. O sonho de meu pai na época era possuir um pedacinho de terra, porque depois que perdeu aquela por um desvario, uma loucura que ele fez, de ter vendido tão barato, ele ficou com vontade de possuir, ele viu que estava dura a vida para ele.

Quando ele veio com a mudança, o meu tio não quis dar. Disse: “Não, você vai morar lá no Benfica, onde você falou que queria, fica lá, pode criar seus filhos tranquilo, que lhe faço um arrendo de 20%, te dou umas vacas pra você ser vaqueiro lá com os menino” – os filhos já estavam grandes, meu irmão Rodolfo já estava homem, minha irmã, e ele criou os filhos tudo ali.

O meu tio já mandava imprimir nas tipografias um contrato por nome de “aforo”. O contrato era assim: “Por esse instrumento de aforamento...”. Ele aforava, a pessoa se fixava, porque se fosse bom trabalhador, ele não mandava nunca sair ali. Então a pessoa construía um rancho, um rancho de capim, é natural. Plantar café também ele não

consentia: era só cultura mesmo que se chamava “cultura branca”, que era arroz, milho, feijão. Alguns plantavam café, mas meu tio não gostava, só alguns que ele tinha muita amizade. Gado, só dele. Ele tinha muito gado, então ele deixava em tal sítio, tantas vacas, em tal sítio, tantas vacas, em tal sítio tantas vacas... E assim, as crias, três era dele e a sorte do vaqueiro, a quarta. Chama contrato de aforamento. Meu pai assinou muitos contratos de aforamento com meu tio. Vencia um, ele assinava outro.

Existia uma grande fazenda; meu tio, por exemplo, tinha o Campo Formoso, que era uma fazenda grande, era dele. Ali ele criava muito gado. À proporção que o gado ia rendendo na fazenda-sede, ele ia criando mais sítios, e criando mais pequenas filiais com o nome de sítios, que entregava às pessoas que ele gostava, para criar mais gado, produzir mais. Agora, o sistema de arrendamento: de meu pai, ele cobrava 20%; dos outros, cobrava 30%. Este era o tipo de exploração no campo na época. Quando era um fazendeiro pequeno, ele mesmo cuidava de toda a produção. Mas na região da fazenda da Machambombo, era dos meus tios: Aristides, Neco, Francisco. Ali o velho Gaspar era um patriarca, ele comprou oito mil alqueires, ele tinha oito filhos. Então, meu pai não herdou nada, porque minha mãe havia assinado um documento por nome clareza, era uma espécie de nota promissória de antigamente: “Por essa clareza fico devendo a Fulano de Tal a importância de tanto... que pagarei através de...”. Era assim. Meu avô, talvez vendo a dificuldade de meu pai, e não tendo nenhuma relação com meu pai, minha mãe é que ia lá, e trazia o dinheiro. De forma que quando meu avô morreu, minha mãe já devia ao espólio uma quantidade muito grande, e os títulos entraram no espólio, e meu pai ficou sempre trabalhando de sitiante.

Na minha terra não tinha pequeno proprietário. Na minha região, sempre foram os grandes proprietários de terra. Aliás, Goiás, de maneira geral, era todo constituído de grandes proprietários. Foi o seguinte: antigamente, tinha o registro paroquial. Goiás era aquele continente vasto, então as paróquias... O terreno quase todo, durante a serra do ouro, pertencia à União, ao Estado. Admitimos que uma pessoa quisesse obter um pedaço de terra. Então ela dirigia à paróquia do município, e aí falava assim: “Eu quero um registro paroquial numa gleba de terra situada entre o córrego tal, que vai até o córrego tal, à serra tal, à estrada tal”, até

fechar um círculo muito grande. Meu tio, por exemplo, possuía uma fazenda, Vão do Caetano, foi porque o Caetano Cardoso de Moraes, que era um português, fez o registro paroquial desse vão, a que deram o nome de Vão de Caetano. Então o registro paroquial foi o princípio do latifúndio em Goiás. O sujeito registrava e a paróquia não exigia nada. Então, ele registrava. Por exemplo: esse Caetano Cardoso de Moraes registrou o Vão do Caetano, e depois registrou, no município de Amaro Leite, outra fazenda que deram o nome de Fazenda Caetano, que foi o mesmo Caetano Cardoso de Moraes que registrou. O ouro desapareceu lá em São José do Tocantins e ele mudou-se para Amaro Leite e registrou aquela área enorme. Ele registrou um outro pedaço de terra que não foi obtido registro, porque ali habitavam os índios Avá-canoeiro.

Os sitiantes moravam em cada córrego, e ali exploravam. Isto predominou em Goiás até o ano mais ou menos de 1964 quase, antes de penetrar o capitalismo no campo, então todo mundo era assim, dessa maneira. O registro paroquial era da Igreja. Todas as fazendas de Goiás foram registradas no registro paroquial, e foi muito antes da queda do Império. Quando se falava assim: "Comprei uma fazenda com registro paroquial", era o documento mais antigo e mais legal que existe, o de origem. Então tudo se baseava no registro paroquial. Talvez meu avô não tenha comprado a fazenda diretamente do Caetano Cardoso de Moraes, porque eu não posso afirmar com certeza, mas talvez tenha comprado de algum sucessor, porque o Caetano depois mudou-se para Amaro Leite, depois da queda do ciclo do ouro. Estes registros paroquiais aconteceram justamente durante o ciclo do ouro, que foi muito curto em Goiás.

O meu avô, Gaspar Fernandes de Carvalho, quando caiu os Bulhões, a política dele caiu em Niquelândia para os Taveira, então ele não quis ficar, porque foi um cara que sempre mandou, teve sempre a vocação de patriarca, de chefe, de mandar. E a família nossa era muito grande, Fernandes de Carvalho é uma família enorme, hoje tem mais de dois mil membros. Ele resolveu mudar de Niquelândia, que antigamente se chamava São José do Tocantins. Aí comprou uma fazenda, por nome Santana do Machambombo, que eu falei que tinha mais de oito mil alqueires de terra. Quando mudaram para ali, não tinha estrada, nem para o sul nem para o norte. Para o norte estava o Descoberto e o Amaro Leite, e para o sul era Pirenópolis e Corumbá.

▫ Já falamos da alimentação vegetal e da caça. Falemos sobre a criação doméstica e de outras fontes para suprir as necessidades alimentícias.

Em Goiás de vez em quando se comia carne, que a gente dava o nome de matutagem. Foi o Nordeste que ensinou o goiano a comer carne, pelo menos na minha região. Chegou em Uruaçu uma família de cearense de nome Antônio Camapum Filho. Antônio Pereira Camapum era o chefe. Ele (o filho) abriu o primeiro açougue. Mas o goiano não comia fígado. A gente comia coração, mas fígado era comida de gato ou cachorro. Lá em casa não se podia comer carne. A gente não tinha dinheiro. Quando eu estava na escola, na cidade, minha mãe dizia: “Meu filho, você vai lá no seu Camapum e diga a ele que me mande um pedaço de fígado para mim dar para o gato”. Ele tirava um pedaço de fígado e dava. E minha mãe fazia aquilo batido, para a gente comer. E a barrigada, o intestino do gado, a gente pegava para fazer sabão. No mato tem uma madeira por nome maria-pobre. A gente cortava essa madeira, amontoava, fazia uma coivara, punha fogo e fazia cinza. A cinza fazia decoada. A gente fazia o chamado barreleiro. Socava a cinza dentro de um jacá, ou dentro de uma chicaca. E punha água. E quando caía, caía decoada. E aí a gente fazia o sabão, chamado sabão-de-cinza.

O seu Camapum também cedia para minha mãe as barrigadas para fazer sabão. Para a gente vender na rua. Naquele tempo não tinha sabão Minerva, sabão Coringa. Naquele tempo era o sabão-de-cinza. Os ricos faziam de soda. Mas a gente, que não era rica, fazia de cinza, da madeira de maria-pobre.

Um dia minha mãe foi levar uma baciada de sabão para vender na venda de seu “Mapum” e o João, meu irmão, disse para o seu Camapum: “O fígado que o senhor mandou na semana passada, para o gato, estava estragado”. Seu Toinho coçou a cabeça e falou: “O gato ficou doente, meu filho?”. Ele falou: “Não, passamos três dias sem ir à aula”. Estou contando isso pela experiência e com a fome que a gente foi criada.

▫ E a galinha?

Galinha se criava. Às vezes, aos domingos – não se comia em Goiás frango que não fosse capão.

▫ Precisava capar?

Precisava capar. A gente cria diversos preconceitos contra a alimentação. Por exemplo: laranja não se chupava à noite. Minha mãe falava assim: "Laranja de manhã é prata, meio-dia é ouro, e à noite mata". Limão se desperdiçava todo. Ninguém chupava limão, porque o limão, diziam que dava senilidade. O pau descia. Banana dava verminose. Leite mugido ou leite tirado ao pé da vaca dava amarelão. Manga com leite matava... São preconceitos criados contra a alimentação, porque não podiam comprar. A verdura, por exemplo, nós fazíamos horta, mas só com cebola e alho. Plantava um pouquinho de alface mas ninguém gostava. E couve também... comíamos também a taioba.

A alimentação do goiano era pobre em proteínas e rica em carboidratos. Tanto que os barrigudos goianos é fruto da alimentação de carboidrato.

▫ E a paçoca?

A paçoca era feita de carne desidratada, de carne-seca. A gente matava o gado – o sal era difícil na região nossa – e a gente ia para os lajedos e retalhava a carne fininho e punha na pedra. Aí a carne secava – ficava meio ruim e tal, mas secava.

▫ Vocês não penduravam, como no Nordeste?

Não. Depois de tomar quatro ou cinco dias de lajedo, com aquele calor da pedra, então a gente pendurava depois. Mas ela desidratava mesmo era na pedra. Ou então a gente fazia uma fogueira grande no quarto e punha os varais de carne no tempo de chuva. A gente matava gado, por exemplo, em dezembro, quando chovia muito em Goiás. Então a gente punha no quarto um fogo enorme e a carne num varal lá em cima e a carne secava ali, com a fumaça, com aquele calor, com pouco sal porque o sal era muito difícil. O sal se trazia de Roncador, um cidade que fica aqui. Não tinha estrada de ferro. Até Anápolis não tinha estrada de ferro. Quando veio estrada de ferro para Anápolis, então a gente ia buscar com o carro de boi o sal e o café, em Anápolis. Na nossa região não tinha café. O café vinha de Goiabeiras – hoje Inhumas –, ia para Anápolis e depois para lá. O sal também. Um saco de sal de 30 quilos a gente comprava para salgar o gado. O gado a gente não salgava todo o ano. A gente dava um pouco de sal para o gado comer, uma vez por ano. Na época da salga e de pagar a sorte ao vaqueiro. O vaqueiro laçava quatro bezerros. O dono escolhia três para ele e um para o vaqueiro.

▫ O que seu pai fazia com o dele?

Meu pai tinha uma família numerosa e o gado custava pouco. Ele precisava comprar pano para vestir, comprar algum calçado, porque a gente vivia quase descalço, e uma botina para ir à festa, isso aos domingos. Então ele vendia para o meu tio os da sorte dele. E com o dinheiro fazia compras.

▫ Ele plantava milho, arroz. Isso servia para a alimentação. O dinheiro que ele podia dispor era da venda do gado?

É isso. Aí ele comprava roupa pra minha mãe, um pouco vaidosa, filha de fazendeiro. Mas me lembro que meu pai era um cara formidável. Eu tenho uma admiração... e me comovo quando falo nele. Ele não guardava dinheiro no bolso, uma vez sequer. A minha mãe que dirigia o dinheiro. E meu pai não fazia nenhuma restrição a ela. Meu pai não gastava um centavo com ele. Ele dava todo o dinheiro para a minha mãe. E o que servia para a minha mãe, servia para o meu pai. O que servia para o meu pai, servia para a minha mãe. Eles não tinham discussão por dinheiro. Eles podiam ter discussão, assim, num namoro de uma irmã minha com um rapaz que o meu pai não achava bom. Mas com relação a dinheiro, eles não discutiam nada. Porque meu pai não punha a mão no dinheiro. Minha mãe era que aplicava o dinheiro, da maneira que achava conveniente. E não adiantava falar: "Papai, me dá um dinheiro", porque ele nunca tinha no bolso. Ele até gozava, dizendo: "Poxa, você quer receber sua herança antes de eu morrer". Minha mãe comprava o chapéu para ele, calça pra ele, tudo... Se eu pudesse escrever a vida de um homem, eu escreveria a de meu pai.

▫ Você falou que só se comia frango capado. Eu queria saber por quê.

Havia uma tradição na fazenda que as pessoas, principalmente mulher, não pode comer o frango que não esteja capado. Porque dava problemas no parto. Era outro preconceito alimentar. A galinha não se capava.

▫ E o porco? Por que viviam soltos, ficavam selvagens e fedorentos?

Vou explicar como tira o cheiro do sexo do porco. O porco reúne no saco e não no tendão, no membro viril, uma quantidade enorme de

esperma. A gente pegava o porco-do-mato, com uma armadilha. No momento da castração do porco macho, a gente pegava no membro viril dele e dava uma puxada, desde o saco, esfregando até na saída. E saía todo aquele esperma que dá o cheiro característico da carne. E deixava uns dias, até a capadura sarar. E a gente comia a carne dele. O porco manso, a gente castrava o leitão. Pegava o leitão e um remédio por nome solimão (um produto farmacêutico com sal), segundo ditava o livro enorme de Chernoviz. A gente pegava o solimão misturava no sal comum. Cortava o saco do porco em forma de cruz, fazia uma força embaixo e o grão saía. Cortava o grão e punha o solimão com o sal no local. Costurava, cheio daquilo, para não inflamar e fechava o porco no chiqueiro. Assim não pegava bicho.

▫ Cortava-se o saco? E tirava-se o tendão o máximo possível?

É. O resto do esperma que ficava no membro a gente espremia e jogava fora. Aí esperava uns 15 a 20 dias e comia. E a carne ficava sem cheiro. Então tinham os capadores. Cada região tinha o seu capador. Quando a gente queria capar, convidava um capador. Preparava tudo, dava o almoço pra ele. Ele não cobrava nada. Então se castrava os porcos. Os frangos, as mulheres de casa aprendiam a castrar, a localizar o ovo e cortava por cima. Na porca era uma operação. A gente pegava a madre, puxava a madre toda pra fora. Cortava a barriga da porca, em cima, lateralmente. Abria uma incisão e puxava a madre pra fora. Metia o dedo por lá, até acertar com o grelinho, que eram os ovos. Então a gente organizava o "gute" de azeite de mamona. O azeite que se faz na roça. A gente pega a mamona, torra, soca num pilão, mistura ela com um pouco de água. Põe a ferver, aí o azeite solta. Faz a luz para iluminar a casa. E o azeite dá o "gute". A gente atíça bem a candeia de azeite e aí o "gute" que é uma coisa bem quente quando acaba de capar a porca, organiza o "gute" e põe sobre a incisão, pra poder cicatrizar depressa.

Agora, o boi se capa de volta. Pega o boi, peia. O castrador, que é musculoso, pega o saco e vai forçando, forçando até quebrar aquele cordão por onde passa o esperma. Com a força humana. É uma dor terrível. O boi berra.

▫ Na minha zona é com faca.

Não, aqui se capava de volta. O alicate de hoje substitui a força humana.

▫ Ele dobrava o cordão?

Ele ia torcendo, forçando, torcendo até... trá e o boi dava aquele berro enorme. Se capa mal fica o boi rufião, pra excitar a vaca, pra botar o outro boi.

Na minha região havia um capador que era de profissão mesmo. De nome Afonso. Era capador profissional. Esse cobrava. Me lembro que um sitiante de meu tio tinha um burro chamado Pequeno. Esse burro era difícil de capar. Muito arisco. Então ele disse: "É só o Afonso". O sitiante foi chamar o Afonso para capar o burro, que vivia atrás das éguas e não deixava o pastor (o cavalo que toma conta de um mundo de éguas e cobre todas as éguas). E esse burro batia no cavalo, dono daquelas éguas. O Afonso veio, laçou o burro. Meu pai contava e a gente achava muita graça. E ele cobrava. Ele chegou, laçou o burro, amarrou, teve um trabalho enorme, meteu a faca e castrou. E o burro apaixonou. Ficou triste. Tratou... tratou... Terminou morrendo. O sitiante, uma pessoa mesquinha, doída por dinheiro, resolveu denunciar o Afonso na delegacia de minha cidade. O delegado chamou o Afonso junto com o sitiante e perguntou: "Seu Afonso, o senhor castrou o burro de fulano de tal?". Ele respondeu: "Capei". "E por que o senhor capou?" "Porque a minha profissão é capar". "E o senhor capa mesmo, seu Afonso?" "Capo. Eu capo tudo quanto é bicho que o senhor tiver e capo até o delegado se for preciso. Capo a mulher do delegado, capo o delegado, capo o soldado, capo tudo o que for preciso de capar". "Já que o senhor é capador e cobra pra capar, o senhor tem que pagar o burro de fulano." Ele pagou.

▫ Como era resolvido o problema de sexo na comunidade, de modo geral?

Posso dar um exemplo que aconteceu comigo. Quando comecei a ir atrás do rabo-de-saia estava com 14 para 15 anos. Todas as casas dos grandes fazendeiros de Goiás possuíam muita boba, gente besta. Aquelas bobas é que serviam.

▫ Moças?

Geralmente as bobas já tinham sido defloradas por outros. A gente convidava e elas iam com aquela satisfação enorme. Ou a gente pegava bicho também... Cabras.

Na minha cidade ocorreu um fato muito importante. A cidade de Uruaçu foi fundada pelo meu avô Gaspar Fernandes de Carvalho e meus tios. Lá minha mãe deu aula e meu pai voltou, depois daquele espancamento.

▫ Seus tios eram também analfabetos?

Não. Todos sabiam ler. Meu pai voltou para Niquelândia e passou a morar na Fazenda Criminoso. Quando a cidade cresceu e foi aumentando, o meu tio José Fernandes e meu tio Francisco, que eram os líderes da família, resolveram ir a Goiás, a capital, para arranjar uma professora. Tinha um cabo por nome de José Avelino, casado com uma professora chamada Henriqueta Velasques de Azevedo. E meu tio Francisco arrumou esta professora. E meu tio Zeca foi pra Porto Nacional, que por muito anos foi a capital cultural de Goiás. Lá existia o Colégio das Freiras, Colégio dos Padres que davam o curso normal. De lá meu tio trouxe José Monteiro e Dona Luzia para ser professora de Uruaçu. Dona Luzia era uma mulata forte, bonita. Tem até um irmão dela que mora aqui, de nome João Francisco da Conceição, Prof. Joca. E quando ela chegou para dar aula no grupo de Uruaçu, Grupo Escolar Coronel Gaspar, quase não tinha mulher na cidade... nossa família era uma família fechada. Meu avô nos criou com aquela rigidez enorme. E veio com o cabo Avelino um soldado com o nome de Gaspar Pereira. E este Gaspar apaixonou-se pela mulata. Foi uma paixão mórbida, doentia. Ele entrava lá no grupo para conversar com ela. E ela não... dura, casada. O marido dela tinha sido nomeado escrivão de registro lá na cidade. E o soldado Gaspar com aquela vontade enorme, até que o negócio atacou de tal forma que ele, numa noite, atacou o José Monteiro (marido da mulata) e o assassinou. E arrastou a mulata para cadeia. E a mulata – eu me lembro – dava aqueles gritos horríveis. E aquilo abalou a nossa família. A cidade era quase formada pela nossa família. E meus tios resolveram prender o cabo Gaspar. E o povo reuniu carabina, faca, revólver, cercou a cadeia. Tinham mais dois soldados armados, também. E meu tio, muito corajoso, muito reminado, falou: “Eu vou subir para tirar essa mulher de lá.” A cadeia era de dois andares, como as outras cadeias do interior. E meu tio subiu com uma porção de jagunços. Chegou lá, o soldado estava com a mulher, agarrado na mulher, ela com as pernas trancadas. Ele tinha arrancado toda a roupa dela. Aí meu tio meteu a carabina nele e

falou: “Soldado Gaspar, você está preso”. Ele foi e se entregou. E meu tio levou ele para a enxovia. Ele ficou preso lá.

Depois, começou um boato na cidade que ele estava furando um buraco na cadeia, ia sair e ia matar toda a família Fernandes. Aí a família se reuniu toda. O meu tio Zeca era o promotor de Justiça. O meu tio Aristides era o juiz de Direito. O meu tio Joaquim era o delegado de polícia. O tio Zeca fechou o processo. E processou o cabo Gaspar pela morte de José Monteiro e pelo seqüestro de Dona Luzia. E no fim o meu tio deu a sentença. O meu tio Zeca foi quem ditou: considerando que o cabo Gaspar havia violado o lar, considerando isso e mais aquilo... sentenciava à morte o cabo Gaspar. E o meu tio delegado virou-se para o soldado baixo, de nome Ângelo, e disse: “Ângelo, pegue o fuzil e execute o Gaspar”. O Ângelo, o soldado disciplinado e obediente, pegou a mão no fuzil, chegou nas grades e falou: “Gaspar você foi condenado à morte. Você ajoelha, benza-se, que você vai morrer”. O Gaspar ajoelhou-se, benzeu-se e o Ângelo o matou, dentro da cadeia. Isso foi no ano de 1937. Foi antes um pouco do golpe de Estado. Depois de 37, o Getúlio começou a perseguir os coronéis, por isso o Pedro Ludovico tinha um horror de meu tio, por muito tempo. E ele sofreu com o processo em cima. Mas nunca foi preso, porque rico nunca foi preso.

#### Notas

1. O alqueire goiano é o dobro do paulista: mede 48.400m<sup>2</sup>.
2. O padre Luiz Palacin é professor da Universidade Federal de Goiás e autor de Goiás 1722-1822.
3. Acerar significa carpir em torno da roçada, para evitar que o fogo rasteiro se espalhe além da área que vai ser queimada.
4. O alqueire paulista – isto é, a medida de cereais – contém 50 litros.
5. Em cima do fogão de lenha.
6. Lena Castelo Branco é professora de História na Universidade Federal de Goiás.



## Resenhas

---



||  
—

||  
—

—  
||

—  
||



## UMA METATIPOLOGIA DA EXPLICAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

LITTLE, Daniel. *Varieties of social explanation: an introduction to the philosophy of social science*. Boulder: Westview, 1991.

Jordão Horta Nunes\*

O interesse na filosofia das ciências sociais ou, como preferimos, na metodologia das ciências sociais, considerada como análise crítica do processo da pesquisa social e de seus pressupostos, é freqüentemente desencorajado perante as dificuldades que esse tipo de investigação acarreta. O estudante, ou mesmo o pesquisador em atividade, resiste a enfrentar problemas pertinentes à área, como a distinção entre explicação e compreensão ou a questão da causalidade, por envolverem um conhecimento, ainda que básico, em lógica, filosofia da ciência e filosofia da linguagem, entre outras disciplinas fora do âmbito de sua formação. O livro de Daniel Little, *Varieties of social explanation*, propicia uma boa introdução ao campo da metodologia das ciências sociais, no sentido que aqui privilegiamos. Evitando digressões filosóficas e empregando um estilo simples e direto, Little recorre, com freqüência, a exemplos de autores clássicos e contemporâneos para ilustrar sua argumentação, dando margem para que avaliemos sua obra preponderantemente em termos de uma dimensão propedêutica. Ainda que o caráter de obra introdutória seja relevante (o que já é bastante oportuno nessa área de conhecimento), há pelo menos dois aspectos que evidenciam decisões

---

\* Doutor em Sociologia pela USP. Professor adjunto de Sociologia, do Departamento de Ciências Sociais da UFG.

metodológicas criteriosas, que exigem justificação: Little posiciona-se a favor de um pluralismo metodológico e, ao mesmo tempo, incentiva o emprego da teoria da escolha racional e da causalidade na explicação social. Julgamos que sua reconstrução articula, com sucesso, essas duas propostas, o que nos leva a recomendar sua leitura não só aos neófitos, mas também aos especialistas; afinal, compreende um esquema conceitual orientador que leva em conta contribuições fundamentais na literatura recente.

Daniel Little propõe, na primeira parte de seu livro, uma metatipologia da explicação nas ciências sociais, classificando-a em três modelos e dedicando a cada um deles um capítulo: análise causal, teoria da escolha racional e teoria da interpretação. As possíveis aplicações de cada modelo são evidenciadas em quadros de exemplos da produção científica na área, contendo pequenos resumos que enfatizam os principais argumentos de cada obra considerada, uma designação dos modelos explicativos envolvidos e uma relação dos tipos de dados utilizados. Numa segunda parte o autor aplica a metatipologia da explicação social na análise de alguns temas da área: as explicações funcional e estrutural, o materialismo, a antropologia econômica e a análise estatística. Finalmente, Little enfoca duas questões recorrentes na metodologia das ciências sociais, o individualismo metodológico e o relativismo, argumentando, no último capítulo, a favor do pluralismo e esboçando a caracterização preliminar de sua opção metodológica.

A explicação causal é considerada pelo autor como proeminente nas ciências sociais; há uma conexão íntima entre explicação causal e escolha racional: o processo central causal subjacente às mudanças sociais deriva do comportamento intencional-racional por parte dos indivíduos. A ênfase na causalidade e na escolha racional constitui o eixo argumentativo central, impondo, ao mesmo tempo, os limites de sua análise. Temos, por um lado, uma reconstrução sucinta das teorias da causalidade, introduzindo o leitor em uma problemática complexa da epistemologia científica, que ocupou desde Locke e Hume até autores contemporâneos como John L. Mackie e Wesley C. Salmon. Em seu esquema conceitual, a causalidade é concebida como mecanismo causal, regularidade indutiva ou condição necessária e/ou suficiente. O pensamento causal assume várias formas na investigação social, o que

Little deixa bastante claro, comentando e exemplificando os estudos de caso, o método comparativo (na ordem do dia com a articulação de grupos de pesquisa em âmbito internacional), os métodos de indução por eliminação de Stuart Mill e os métodos estatísticos, aos quais é dedicado todo um capítulo na segunda parte do livro.

As considerações de Little sobre a teoria da escolha racional não se limitam a sua aplicação no quadro conceitual do marxismo analítico. Se, por um lado, alusões a argumentos de Cohen, Roemer, Elster e Przeworski são mais evidentes no capítulo sobre o materialismo, prevalece a opção metodológica por uma teoria da escolha racional ampliada, admitindo que a tomada racional de decisões em situações práticas requer a influência de normas e valores e sentidos culturalmente estabelecidos, além do determinante usual da maximização da utilidade ou dos interesses valorizado pela teoria estreita da escolha racional. Assim, Little aproxima-se de Amartya Sen, Howard Margolis e John Rawls, favorecendo uma concepção da tomada de decisões que leve em conta as normas, além das preferências. O autor também não se restringe ao individualismo metodológico que predomina entre os teóricos da escolha racional e defende uma tese dos microfundamentos: uma relação explicativa em nível social (causal, funcional, estrutural) deve ser suplementada por dois fatores: conhecimento das circunstâncias locais que levam o indivíduo típico a agir de forma a suscitar essa relação explicativa; conhecimento dos processos agregativos que conduzem esse tipo de ações individuais a uma relação explicativa em nível social (p. 196). No entanto, a tese dos microfundamentos, que contesta as implicações reducionistas do individualismo metodológico e viabiliza uma articulação entre níveis micro e macro de explicação, constitui um desenvolvimento do argumento que os marxistas analíticos dirigiram às explicações funcionalistas e à análise das classes no marxismo ortodoxo. O próprio autor reconhece que a tese da necessidade de microfundamentos para a validade das macroexplicações implica o reconhecimento de processos em nível individual, que recebem dois tipos básicos de explicação: modelos da escolha racional ou modelos motivacionais da psicologia social. O fato de privilegiar os modelos da escolha racional não é o que limita a abrangência da reconstrução metodológica de Daniel Little; o problema está em não reconhecer outra família de modelos, ligada à situação de comunicação

ou à interação discursiva. Não há, em decorrência dessa omissão, referência à articulação entre pragmatismo e sociologia, nem a uma psicologia social de dimensão sociológica como a de G. H. Mead e J. Dewey, que influenciaram não só o interacionismo simbólico nos Estados Unidos, mas outras teorias na Europa (como a teoria da estruturação social de Anthony Giddens e o conceito de habitus no pós-estruturalismo de Pierre Bourdieu). Tais teorias apresentam como ponto comum a articulação entre agência e estrutura ou, em outros termos, entre os níveis micro e macro. Não aparecem também as vertentes derivadas da incorporação do pragmatismo norte-americano (principalmente por influência de Mead, Dewey e Peirce) e das contribuições da hermenêutica e da dialética na filosofia das ciências sociais, como na teoria da ação comunicativa habermasiana e no pragmatismo transcendental de Karl Otto Apel.

O esquema metateórico elaborado por Little subordina a interpretação à explicação, afastando-se de propostas que incentivam uma relação dialética ou, pelo menos, complementar, entre os dois procedimentos metodológicos, como sugerem Gerard Radnitzky e Paul Ricoeur, além de Habermas e Apel. A justificação metateórica para essa subordinação, baseada na teoria dos microfundamentos, que defende a explicitação dos mecanismos causais entre os níveis micro e macro, não ostenta, no entanto, a solidez lógica e argumentativa de George H. von Wright, que subordina, inversamente, a explicação à compreensão, o que nos parece mais defensável para as ciências sociais. Von Wright, tentando quebrar a dicotomia explicação–compreensão, atacava as tentativas de explicar ações humanas recorrendo à idéia da causalidade em sistemas fechados e propondo o “silogismo prático” como modelo alternativo às explicações de tipo causalista que Little valoriza para as ciências sociais, baseadas no modelo de subsunção teórica à lei geral. Sustentando que uma explicação teleológica da ação é normalmente precedida pela compreensão intencionalística de alguns dados comportamentais, Von Wright distinguia “camadas” ou níveis nesses atos de compreensão. Nas ciências sociais e na história, a explicação em um nível freqüentemente prepara o caminho para uma reinterpretação dos fatos num novo nível, gerando uma seqüência hierárquica de atos interpretativos de captação de significado, que Von Wright denominou